

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
1		3.271 ^a S.E.	26/04/2023	Presidente Eduardo Tuma	Expediente

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Com as presenças do Conselheiro Vice-Presidente Roberto Braguim, do Conselheiro Corregedor João Antonio, do Conselheiro Mauricio Faria e do Conselheiro Domingos Dissei.

Há número legal. Está aberta a Sessão Extraordinária de número 3.271. Sob a proteção de Deus.

Registro a presença da Procuradoria da Fazenda, Secretaria Geral e Subsecretaria Geral.

Sessão destinada ao julgamento das contas do Balanço do Serviço Funerário do Município de São Paulo - SFMSP, relativo aos exercícios de 2017 e 2018.

Com a palavra o Relator Conselheiro Domingos Dissei, tendo como Revisor o Conselheiro Mauricio Faria. Por favor.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
2		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, Procuradores da Fazenda Municipal, Secretária-Geral e Subsecretária-Geral, e também a procuradora que abrilhantam a nossa sessão. Senhor Presidente, é o TC

1) TC 4.366/2018 - Serviço Funerário do Município de São Paulo - SFMSP - Balanço referente ao exercício de 2017

O relatório e o voto já foram devidamente distribuídos, então solicito que sejam dados como lidos.

[RELATÓRIO OFICIAL]

1. INTRODUÇÃO

Cuida o presente da prestação de contas do Serviço Funerário do Município de São Paulo - SFMSP, relativa ao exercício de 2017, entidade Autárquica, vinculada à Secretaria Municipal de Serviços e Obras (atualmente denominada Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras), criada pela Lei Municipal nº 5.562/58, alterada pela Lei nº 7.430/70, e reorganizada pela Lei Municipal nº 8.383/76 e alterações posteriores.

A Entidade tem suas atribuições definidas no art. 2º da Lei Municipal nº 8.383/76, que estabelece como principais atividades a administração dos 22 cemitérios, 118 salas de velório, 12 agências funerárias, 01 crematório, 02 sedes administrativas e 04 almoxarifados, bem como o monopólio no fornecimento de caixões mortuários e transporte funerário.

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
3		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Ademais, cabe a administração dos cemitérios, a responsabilidade sobre concessão de sepulturas para inumação (sepultamento), ossários e relicários, autorização para exumações e reenumerações, autorização e fiscalização de construções funerárias, escrituração dos cemitérios e fiscalização dos serviços executados por empreiteiros credenciados.

1.1 PRESTAÇÃO DE CONTAS

A autarquia apresentou ao TCMSP para apreciação e julgamento a documentação que compõe sua prestação de contas, em 29.05.18, em atendimento ao prazo legal previsto no artigo 74 do Regimento Interno deste Tribunal.

1.2 CONJUNTURA ATUAL DA AUTARQUIA

As fiscalizações realizadas evidenciaram um cenário de dificuldades para que o Serviço Funerário cumpra com suas atribuições, demandando soluções pelas autoridades competentes, inclusive no âmbito da PMSP.

Em 2017 houve o default promovido pela empresa de cartão de crédito Direct Fácil Administradora de Cartões EIRELI-ME que resultou num prejuízo de R\$ 30,3 milhões, conforme os registros contábeis.

Em virtude desse default com a conseqüente falta dos repasses financeiros, o caixa do SFMSP sofreu redução significativa entre julho e setembro, prejudicando a capacidade de pagamento das despesas operacionais ordinárias da Autarquia.

O SFMSP contabilizou o resultado da execução orçamentária positivo no valor de R\$ 16,6 milhões. Entretanto, sob enfoque conservador quando desconsiderado o montante que não ingressou em razão do *default*, a Autarquia apresentou o pior resultado orçamentário nos últimos seis anos, *déficit* de R\$ 13,7 milhões.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
4		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

2. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO PÚBLICO

2.1 PLANO PLURIANUAL (PPA)

No Plano Plurianual 2014/2017 não foram estabelecidas metas específicas para cada atividade e tipo de serviço, por exercício.

Como não foram realizados gastos com obras e instalações, a meta de "Construção, reforma ou ampliação de cemitérios" não foi cumprida.

Já no que se refere à "Comercialização e controle de câmaras mortuárias e artigos religiosos", apesar da falta de especificação dos itens que compõem essa meta, também houve cumprimento, de acordo com os dados fornecidos pela Seção de Custos do SFMSP.

Quanto aos "Transportes fúnebres", apesar de não ser possível especificar se a meta se refere apenas ao carro para enterro ou também ao carro para remoção, a meta foi atingida.

2.2. PROGRAMA DE METAS

O Programa de Metas para o período 2017-2020, atendendo à exigência do artigo 69-A da Lei Orgânica do Município de São Paulo, foi estruturado em 5 Eixos (Social, Humano, Urbano e Meio Ambiente, Econômico e Gestão e Institucional), 53 Metas, 71 Projetos e 487 Linhas de Ação, que podem ser visualizadas por meio da Plataforma Planeja Sampa.

2.3. LEI ORÇAMENTARIA ANUAL DE 2014 A 2017

Na Lei Orçamentária Anual as receitas realizadas ficaram abaixo do previsto e as despesas realizadas ficaram abaixo do fixado. A redução das despesas, principalmente com materiais para revenda, materiais de consumo e materiais permanentes, impactou no desempenho operacional do SFMSP, ocasionando falta de materiais, estoques

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
5		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

insuficientes para revenda e conseqüente queda na receita. Ressalte-se que não houve investimentos em obras e instalações.

2.4. COMPROMISSO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

O Compromisso de Desempenho Institucional prevê ampla divulgação dos relatórios anuais sobre a execução do compromisso. Em consulta à página da transparência da PMSP e a página do Serviço Funerário na *internet* não continham informações sobre o exercício de 2017.

O relatório de avaliação referente ao cumprimento das metas do exercício de 2016 não foi localizado nos arquivos do SFMSP e nem foi divulgado no site da PMSP.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Para desempenhar suas funções, o SFMSP possui a seguinte estrutura: 02 sedes administrativas, 22 cemitérios (área total de 3,3 milhões de m²), 1 crematório, 18 velórios, 09 agências de contratação de funeral, 1 depósito central e 3 polos regionais (almoxarifado).

Em 2017 ocorreram dois fatos que agravaram o desempenho operacional da Autarquia:

- Em junho de 2017 foi publicado o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), aberto por meio do Edital de Chamamento Público n° 03/2017 da Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias (SMDP).

- Em setembro de 2017, foi publicado o Procedimento Preliminar de Manifestação de Interesse (PPMI), aberto por meio do Edital de Chamamento Público n° 06/2017 da SMDP.

3.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
6		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Observou a auditoria que a estrutura organizacional do SFMSP, prevista no Decreto Municipal nº 27.077/88, está defasada e não foi ajustada à realidade e às necessidades da Autarquia.

Dentre as atribuições da Autarquia está prevista a fabricação de caixões mortuários, porém, essa atividade não é exercida há mais de 20 anos. Com a desativação da fábrica, o SFMSP passou a comprar as urnas e caixões mortuários e a revendê-los para o contratante de funeral, no entanto, a legislação não foi atualizada, pois ainda contempla o Departamento Técnico de Produção e a Divisão Industrial.

3.2. QUADRO DE PESSOAL

Nos últimos exercícios, a Autarquia vem passando por uma progressiva redução do seu quadro de pessoal efetivo e comissionado, sem perspectiva de reposição de servidores, ao mesmo tempo em que a quantidade de inativos, pensionistas e estagiários vem aumentando.

Considerando que há lotação legal prevista para 2.993 cargos efetivos e admitidos e 374 cargos em comissão, perfazendo um total de 3.367 posições, em 2017 estava preenchido apenas 31% desse quadro:

Cargos	Quantidade			
	2014	2015	2016	2017
Efetivos, efetivos em comissão e Admitidos	1.139	1.071	981	909
Comissionados	134	136	140	121
Total	1.273	1.207	1.121	1.030
Servidores cedidos de outros órgãos que atuam no SFMSP	5	4	3	3
Servidor do SFMSP cedido a outros órgãos	17	14	12	12
Estagiários	5	25	37	38
Inativos e Pensionistas	636	662	699	730

Fonte: Demonstrativos fornecidos pela área de Recursos Humanos do SFMSP em 08.08.2018.

3.3. QUANTIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS

Segundo os técnicos, ocorreram as seguintes variações:

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
7		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

- Sepultamentos: a taxa de sepultamento, após um crescimento no período de 2014-2015, apresentou declínio em 2016-2017, sinalizando os efeitos do avanço das cremações. Em 2017 também houve o efeito da redução na quantidade de óbitos.

- Cremações: os serviços de cremação e de aluguel de câmara frigorífica cresceram ao longo dos últimos quatro anos e a tendência é de aumento da demanda por esse serviço, devido à mudança de cultura da população.

- Urnas e caixões vendidos: comparando o crescimento da quantidade de urnas e caixões mais comercializados no período de 2014/2017, verifica-se que as urnas de menores valores e as gratuitas tiveram expressivo aumento.

3.4. POLÍTICA DE PREÇOS

Observou a auditoria que a necessidade de adequação da tabela de preços das concessões de terrenos, uma vez que os valores não são reajustados desde 2015.

No que tange aos valores das Urnas, ainda que não ocorram com regularidade, os reajustes na tabela de preços das urnas vêm sendo adotados.

3.5. GESTÃO DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES

Em 2017, os principais problemas encontrados nas análises de licitação e de contrato e nos acompanhamentos de edital e de execução contratual realizado pelo TCMSP em relação aos serviços de limpeza interna e externa dos cemitérios; à locação de veículos e à aquisição de urnas e caixões foram os seguintes:

- Justificativa ausente ou insuficiente para a quantidade licitada;

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
8		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

- Pesquisa de preços sem segregação dos valores por item ou realizada apenas com empresas que já prestam serviço no SFMSP;
- Especificação técnica restritiva;
- Incompatibilidades entre o termo de referência, contrato e edital;
- Execução do objeto contratual de forma diferente do previsto no Termo de Referência;
- Pagamento por serviços não realizados;
- Falta de evidência de que o fiscal do contrato da Contratante e o responsável técnico da contratada acompanham a execução do ajuste;
- Falta de documentos que comprovem a regularidade fiscal da contratada por ocasião de cada pagamento.

4. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

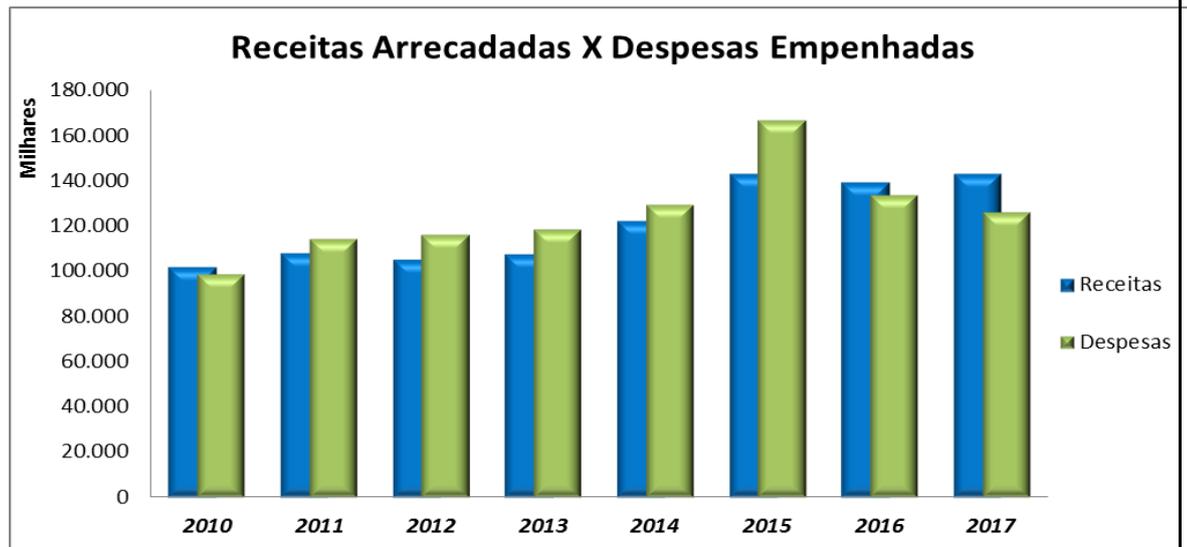
Confere a auditoria que a estrutura do Balanço Orçamentário de 2017 está em conformidade com a 6^a edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e as regras de preenchimento seguiram a estrutura matricial detalhada na Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC N° 07.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual, os créditos consignados à Autarquia, para 2017, foram de R\$ 179,3 milhões. Durante o exercício o orçamento sofreu uma atualização para R\$ 179,1 milhões decorrente dos créditos adicionais.

Em 2017, o confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas gerou um *superávit* orçamentário de R\$ 16,6

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
9		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

milhões, conforme demonstrado no quadro abaixo da Execução Orçamentária:



A maior parte das receitas realizadas (R\$ 142,6 milhões) foi proveniente do uso do cartão de crédito/débito. Para estes casos, o setor de contabilidade da Autarquia registrou a receita arrecadada no momento em que foi efetuada a venda.

Das vendas ocorridas em 2017 por meio do cartão magnético, houve um *default*, no valor de R\$ 30,3 milhões, em virtude da falta do repasse das transações financeiras pela empresa Direct Fácil Administradora de Cartões EIRELI-ME para a Autarquia.

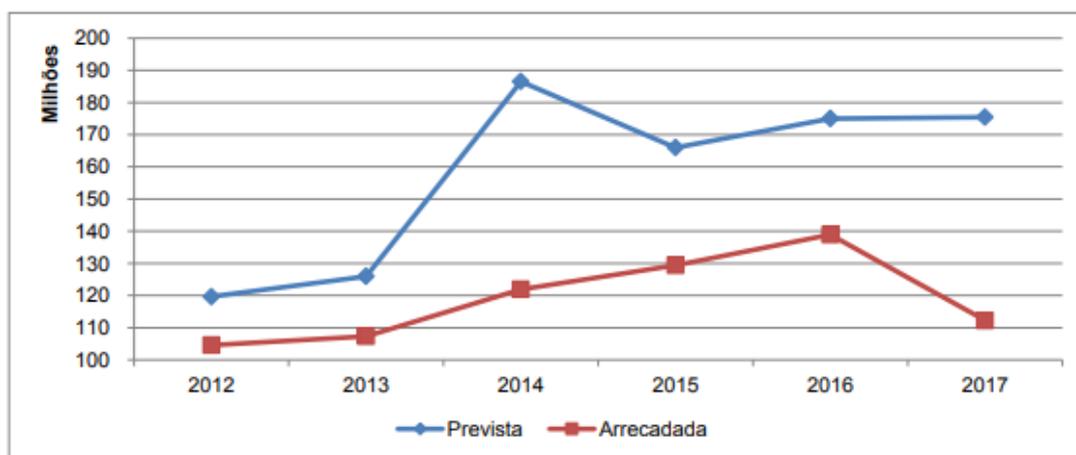
4.2. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Sob o enfoque conservador, a receita efetiva realizada em 2017, após o ajuste da auditoria, reduziu de R\$ 142,6 milhões para R\$ 112,3 milhões.

Assim, foi verificado que houve insuficiência de arrecadação no montante de R\$ 63,2 milhões, ou seja, a receita realizada correspondeu a 64,0% da receita prevista.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
10		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

A previsão de R\$ 175,4 milhões foi superestimada em relação a real capacidade de arrecadação do SFMSP, principalmente pelo mau planejamento das Receitas de Serviços.



De 2012 a 2015 foi crescente o aumento da realização da receita, porém, cabe destacar a diminuição da receita recebida em 2017, resultado principalmente da falta de repasse financeiro pela empresa operadora dos cartões de crédito (Direct Fácil).

Em 2017, as receitas orçamentárias efetivamente realizadas alcançaram o montante de R\$ 112,3 milhões, com uma redução de 19,2% em relação ao exercício anterior. Cabe lembrar que a inflação foi de 2,27% em 2017, medida pelo IPC-FIPE Geral.

No biênio 2016/2017 houve uma redução de 91,9% da receita Tributária, que trata da Taxa de Fiscalização de Cemitérios. A receita arrecadada no montante de R\$ 166 mil correspondeu apenas ao mês de janeiro, em virtude da Lei Municipal n.º 16.402/2016 que revogou a Lei Municipal n.º 10.579/88 e extinguiu a referida Taxa.

Em 2017 a Autarquia não alienou bens e, conseqüentemente, não arrecadou Receita de Capital.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
11		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Receitas de Serviços

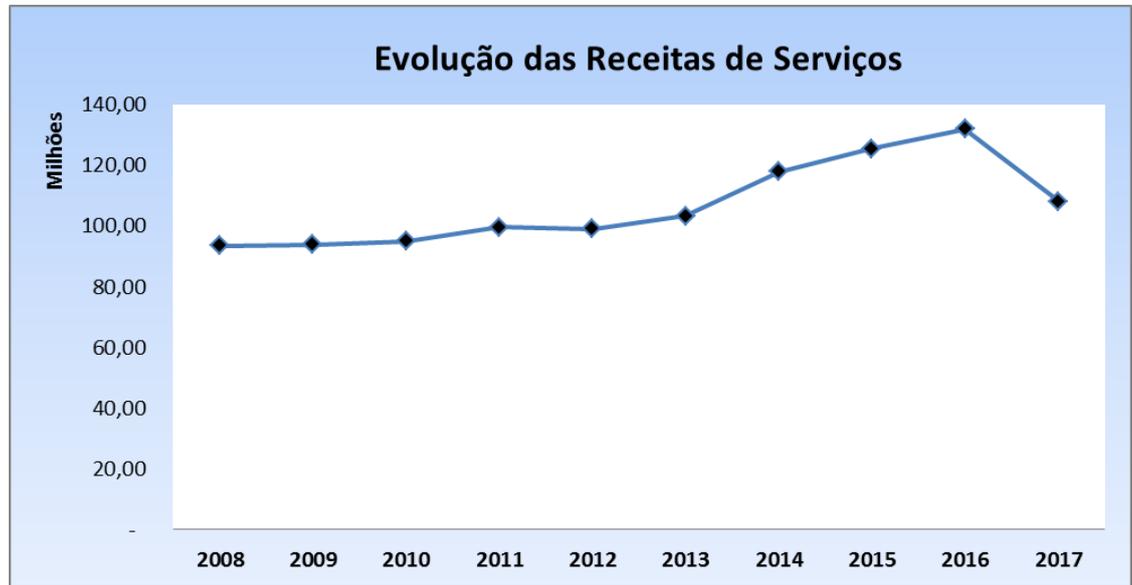
As Receitas de Serviços são originadas, principalmente, da prestação de serviços funerários, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Receitas de serviços	2016	2017	% Vert.	Δ	Δ%
Comercialização de Urnas e Caixões	47.377.582	47.710.586	34,5	333.004	0,7
Outros Serviços de Transporte	24.590.372	26.223.285	19,0	1.632.913	6,6
Velório	10.993.932	11.888.105	8,6	894.173	8,1
Sepultamento	9.413.750	9.621.114	7,0	207.364	2,2
Comercialização de Flores	9.633.580	10.428.127	7,5	794.547	8,2
Concessões	5.911.714	4.937.544	3,6	(974.170)	-16,5
Cremação	5.995.812	6.334.050	4,6	338.238	5,6
Outros Serviços de Cemitérios	7.445.017	8.409.738	6,1	964.721	13,0
Essa *	3.099.070	3.571.176	2,6	472.106	15,2
Aluguel Quadra Geral	2.204.733	2.578.548	1,9	373.815	17,0
Demais receitas de serviços	5.264.475	6.654.054	4,8	1.389.579	26,4
Total	131.930.035	138.356.327	100	6.426.292	4,9
(-) Valor a receber da Direct Fácil		(30.306.425)			
Total após ajuste da Auditoria	131.930.035	108.049.902		(23.880.133)	-18,1

O aumento observado na maioria dos itens das Receitas de Serviços (R\$ 6,4 milhões) deve-se, principalmente, à atualização das tabelas de preços dos produtos e serviços, que ocorreu em novembro de 2016, por meio da Resolução do SFMSP nº 017/2016.

Em 2017, a Autarquia vendeu o montante R\$ 138,3 milhões em Serviços, entretanto, recebeu efetivamente R\$ 108,0 milhões. Houve, portanto, uma redução de 18,1% em relação ao ano anterior, conforme evidenciado no gráfico abaixo.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
12		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia



Dentre as principais receitas de serviços, destacam-se:

Receita de Comercialização de Urnas e Caixões

Segundo a auditoria, é frágil o controle da documentação que lastreia a receita de Comercialização de Urnas e Caixões ao considerar a existência de relatórios com divergência na quantidade de urnas baixadas pela Autarquia em 2017.

Como já apontado pelos técnicos em exercícios anteriores, a arrecadação das Receitas de Serviços carece de um suporte informatizado para o registro e processamento, tanto na baixa dos estoques, como para atribuição das rubricas correspondentes a cada receita recebida.

Urnas gratuitas

A gratuidade do sepultamento à população de baixa renda foi instituída por meio da Lei Municipal nº 11.083, publicada em 07.09.91.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
13		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

De acordo com o artigo 2º dessa, o Executivo Municipal deveria regulamentar os detalhes no prazo máximo de 60 dias. Entretanto, até o final da auditoria, não houve edição de legislação complementar sobre a gratuidade concedida ao munícipe que não tenha condição de arcar com as despesas de funeral.

É necessário que o Executivo Municipal regulamente o processo de concessão da gratuidade do sepultamento concedida ao munícipe (tipo de urna, situações a serem abrangidas pela gratuidade, documentação necessária à comprovação do direito, etc.)

Receitas de Concessões de Terrenos

A redução da receita de concessões de terrenos de 2016 para 2017 foi de 16,5%. Tais receitas apresentaram queda de arrecadação desde o exercício de 2012.

De acordo com a origem, os principais motivos para essas diminuições foram:

- o relevante aumento das cremações por questões culturais, ambientais e principalmente econômicas, gerando assim o desinteresse por parte dos munícipes na aquisição de terrenos nos cemitérios para sepultamento;

- em decorrência do requisito previsto no artigo 6º, §5º, inc. I-a da Resolução do SFMSP nº 12/2013, que dispõe que em caso de reenumeração "o munícipe poderá adquirir a concessão através de comprovação de grau de parentesco consanguíneo, cônjuge ou companheiro(a) reconhecido nos termos da lei".

- a quantidade de terrenos disponíveis para novas concessões tem diminuído no decorrer dos últimos 5 anos.

Contabilização da Receita Orçamentária

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
14		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Conforme já apontado no Relatório Anual de Fiscalização das Contas de 2016, o reconhecimento das Receitas de Serviços no ato da venda pelo valor total, quando o pagamento é realizado de forma parcelada pelo cartão de crédito, contraria o princípio orçamentário da anualidade, uma vez que, em alguns casos, as parcelas extrapolam o exercício financeiro.

A realização da receita orçamentária deve seguir o regime de caixa para que o ente só comprometa os recursos que efetivamente possuir. Por essa razão, a contabilização integral da receita orçamentária em vendas parceladas é inadequada.

Portanto, é indispensável a implantação de um sistema informatizado que integre a movimentação financeira e os registros contábeis, de modo a viabilizar a rotina descrita.

4.3. ORÇAMENTO APROVADO

No orçamento da Autarquia para o ano de 2017, ocorreu um *deficit* de previsão de R\$ 3,91 milhões, ocasionado por algumas Emendas Parlamentares que não foram executadas, o que revela um descompasso entre a fixação e a realização do orçamento.

4.4. ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO

O orçamento do SFMSP, originalmente aprovado em R\$ 179,3 milhões, foi reduzido para R\$ 179,1 milhões por conta de crédito adicional Inter entidades, ou seja, diminuição de R\$ 230 mil na Autarquia e suplementação na Prefeitura.

O artigo 16 da Lei Municipal nº 16.608/16 autorizou a Autarquia a abrir por ato próprio, créditos adicionais suplementares, respeitado o limite de 10%, calculado de maneira individualizada para cada ente, de acordo com suas dotações.

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
15		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Foi observado o cumprimento do limite legal (10%), considerando que a abertura de créditos adicionais suplementares correspondeu a 0,04% da despesa fixada para o exercício.

4.5 DESPESAS

Do confronto entre as despesas autorizadas e das despesas empenhadas, houve economia orçamentária no valor de R\$ 53,1 milhões, causada principalmente pela superestimativa na fixação de despesas com Pessoal, contratações de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica e Investimentos, o que demonstra deficiências no processo de planejamento orçamentário.

De 2012 a 2015 foi crescente o valor da despesa empenhada no SFMSP.

No ano seguinte houve uma inversão na evolução da despesa, que passou a reduzir, decorrente principalmente da despesa com Serviços de Limpeza e Conservação e Limpeza de Ambientes.

Em 2017 a Autarquia manteve a diminuição do valor empenhado, em razão da falta do repasse das transações com cartão de crédito.

De 2016 para 2017, houve redução nominal das despesas empenhadas em 5,7%. Vale lembrar que a inflação do período medida pelo IPC-FIPE Geral foi de 2,27.

4.5.1. Despesas Correntes

Entre as despesas correntes, as principais variações ocorreram nos seguintes gastos:

- Vencimentos e Vantagens fixas: o valor empenhado reduziu R\$ 2,3 milhões, motivado pelas aposentadorias e o início de uma nova gestão que provocou diversas exonerações.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
16		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

- Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil: o principal motivo da diminuição da despesa (28,3%) em 2017 foi o decréscimo do gasto com horas extras de R\$ 5,2 milhões (2016) para R\$ 3,8 milhões (2017).

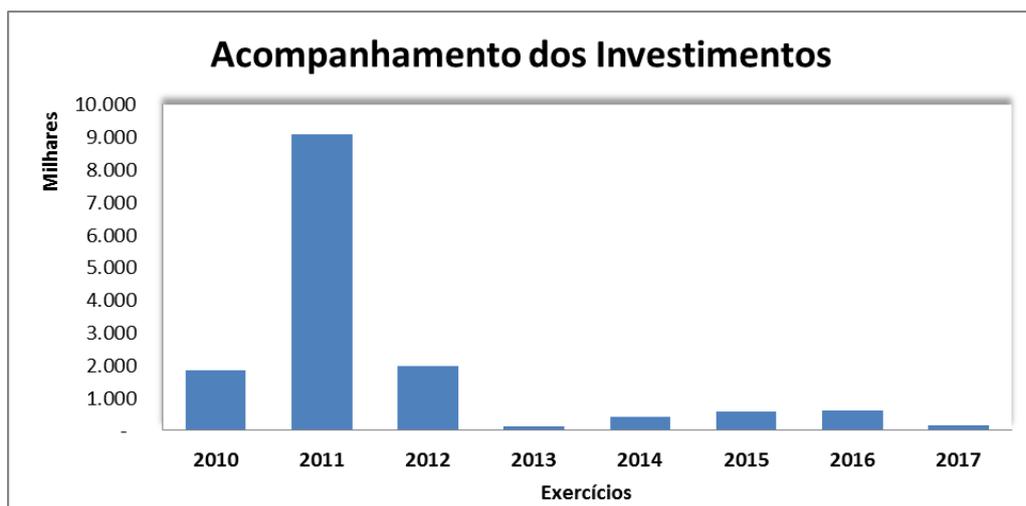
- Locação de Mão de Obra e Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: a ausência de gastos em Locação de Mão de Obra deve-se à reclassificação dos contratos de limpeza para o elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros-PJ, em virtude da alteração contratual da quantificação da mão de obra necessária, a qual passou a ser medida por metro quadrado de área, e não mais por número de funcionários.

4.5.2. Despesas de Capital

Em relação às Despesas de Capital, houve uma redução de R\$ 278,5 mil no valor empenhado no último ano.

Conforme já apontado no Relatório Anual de Fiscalização de exercícios anteriores, a carência em investimentos é recorrente ao longo dos anos e foi agravada em 2017 com a redução de 71,6% no valor empenhado. Permaneceu crítica à situação da Autarquia, em descumprimento ao art. 27 da Lei Municipal nº 8.383/7612.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
17		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia



Em 2017, a Autarquia não realizou gastos com Equipamentos e Material Permanente e as contratações com terceiros reduziram 50%.

Ademais, contabilizou incorretamente a aquisição de urnas e artigos funerários, produtos para revenda, como despesa de capital (inversão financeira).

4.6. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E TRANSFERÊNCIAS

Considerados os valores das receitas, transferências financeiras da PMSP e despesas realizadas, apurou-se o resultado efetivo da execução orçamentária dos últimos exercícios, como demonstrado no quadro a seguir:

Resultado Orçamentário	2013	2014	2015	2016	2017
Receitas Arrecadadas	107.337.962	121.943.027	142.557.037	138.909.400	⁽¹⁾ 112.273.175
(-) Despesas Empenhadas	118.500.665	129.448.175	155.793.697	133.623.791	125.977.353
(=) Resultado Orçamentário	(11.162.703)	(7.505.148)	⁽²⁾ (13.236.660)	5.285.609	(13.704.178)
Transf. Financeiras Recebidas	-	1.396.977	2.650.000	2.887.586	-
Resultado Total	(11.162.704)	(6.108.172)	(10.586.660)	8.173.195	(13.704.178)

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
18		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Na análise da evolução do resultado efetivo da execução orçamentária nos últimos anos da Autarquia, verificamos que o resultado só foi positivo em 2016 (R\$ 8,2 milhões).

O ano de 2017 foi o que apresentou o maior déficit (R\$ 13,7 milhões). Apesar de a Autarquia ter reduzido as despesas em R\$ 7,6 milhões, a diminuição da receita efetiva realizada em R\$ 26,6 milhões foi a principal responsável pelo pior resultado orçamentário nos últimos anos.



Com relação à Inscrição de Restos a Pagar do Exercício de 2017, foi constatada por meio de testes, a inscrição indevida de Restos a Pagar de 2017, aliada ao volume de cancelamentos até maio de 2018, indicando a necessidade de melhorias no controle sobre as inscrições.



5. GESTÃO FINANCEIRA

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
19		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

O exame da gestão financeira do SFMSP contemplou a análise das disponibilidades frente às obrigações de curto prazo, o cálculo do *Superávit Financeiro*, além da verificação quanto à elaboração do Balanço Financeiro e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, que têm conceitos, regras e procedimentos padronizados pelo MCASP 7^a edição. Os exames revelaram o que segue:

5.1. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC apresenta as entradas e saídas de caixa do período divididas nos fluxos operacional, de investimento e de financiamento, resultando no saldo final de Caixa e Equivalentes de Caixa.

Observou a auditoria que a linha de Outros Ingressos/Desembolsos Operacionais apresenta valores inflados referentes às movimentações de contas contábeis transitórias, uma vez que já afetaram o Caixa e Equivalentes de Caixa em outras linhas da DFC.

Evolução do Disponível	2014	2015	2016	2017
Disponível no início do exercício	15.435.549	13.353.077	7.235.503	8.912.767
Consumo de Caixa (redução do disponível)	-2.082.472	-6.117.574	1.677.264	-6.384.208
Disponível no fim do exercício	13.353.077	7.235.503	8.912.767	2.528.559

Em 2017, o saldo de Caixa sofreu uma queda acentuada em decorrência da falta de ingressos das Atividades de Investimentos e Transferências Intragovernamentais.

Ademais, a receita patrimonial de R\$ 980,8 mil apresentada na DFC refere-se, em sua totalidade, aos rendimentos auferidos das

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
20		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

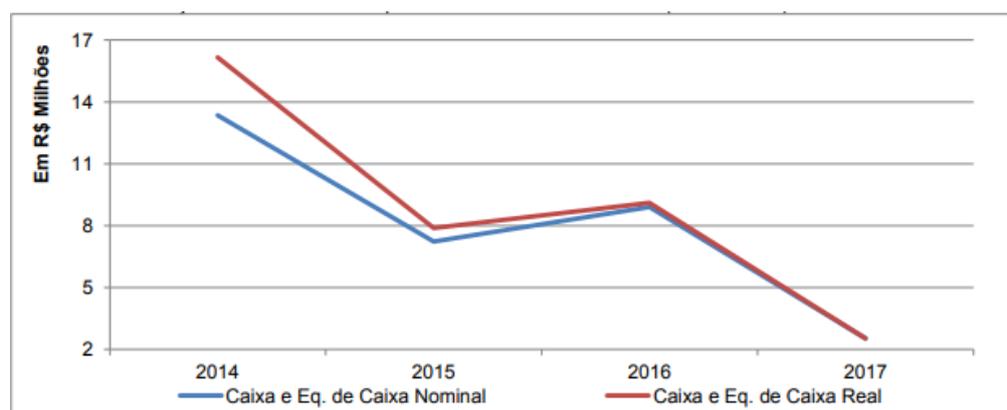
aplicações financeiras do SFMSP e deve ser reclassificada para a linha específica denominada "Remuneração das Disponibilidades".

5.2 BALANÇO FINANCEIRO

A estrutura e as regras de preenchimento apresentadas pelo Balanço Financeiro do SFMSP de 2017 seguiram a estrutura matricial detalhada na IPC 06 - Balanço Financeiro.

Segundo registrou a auditoria, a linha de "Outros Recebimentos e Pagamentos extraorçamentários" não representava fidedignamente as transações extraorçamentárias. A composição dessa linha abrange contas transitórias gerenciais do balancete geral, que não deveriam ser consideradas, uma vez que não possuem o caráter de extraorçamentário.

O gráfico seguinte permite analisar a evolução das disponibilidades nos últimos exercícios a valores reais (atualizados por meio do índice IPC-Fipe16):



Fonte: Balancetes analíticos contábeis. Os dados foram atualizados monetariamente pelo IPC-Fipe Geral.

O caixa do SFMSP de 2017 teve uma queda real de 72,3% em relação ao exercício de 2016 e 84,4% em relação a 2014, considerando os disponíveis atualizados monetariamente pelo IPC-Fipe. A Autarquia

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
21		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

convive com essa tendência de queda nas disponibilidades desde 2010, motivada em grande parte pelos sucessivos déficits orçamentários.

Em 2017 houve um decréscimo de 71,6% nas disponibilidades financeiras do SFMSP em relação ao ano de 2016. A conta contábil Caixa e Equivalentes de Caixa¹⁷ apresenta saldo de R\$ 2,5 milhões ao final do exercício. As aplicações financeiras de liquidez imediata constituem a maior parte desse disponível (89,4% em dezembro/2017).

No final de 2017, os recursos do SFMSP (R\$ 12 milhões) eram suficientes para saldar as obrigações de curto prazo (R\$ 11,2 milhões). Se todas essas obrigações fossem pagas, ainda restaria um saldo de R\$ 817 mil. Tal situação, apesar de suficiente para saldar as obrigações, reflete uma situação financeira frágil da Autarquia.

DEFAULT DA DIRECT FACIL

O Contrato nº 42/SFMSP/2016 (Processo SEI nº 6410.2016/0000076-819), entre o SFMSP e a Direct Fácil Administradora de Cartões EIRELI-ME, foi firmado em 14.06.16 por 12 (doze) meses, sendo prorrogado em 13.06.17 por igual período. Após a prorrogação, foram constatados vários problemas relativos aos repasses que deveriam ter sido realizados ao SFMSP. Conforme a Seção de Tesouraria e a Divisão Técnica de Contabilidade, a falta dos repasses financeiros pela empresa ao SFMSP se iniciou em julho de 2017.

Para a necessária continuidade do serviço, foi realizada a contratação da empresa Cielo S.A. (Processo SEI 6410.2017/0001446-9) em 14.08.17, com dispensa de licitação justificada pela necessidade emergencial da contratação, e, posteriormente, foi firmado o contrato em definitivo em 14.02.18.

Ressalta-se que a empresa Direct Fácil deverá ressarcir os danos causados ao erário, conforme disposto na Lei Federal nº 8.666/93. Para tanto, a PGM assinalou que ajuizou o Processo Judicial nº 1054811-35.2017.8.26.0053, para esse ressarcimento em face da empresa (Ofício nº 416/2017 – PGM.G). Além disso, o SFMSP promoveu a reclassificação contábil adequadamente para o Ativo Não Circulante devido à expectativa de recebimento depender do processo judicial.

6. GESTÃO PATRIMONIAL

A situação patrimonial das entidades públicas é evidenciada, qualitativa e quantitativamente no Balanço Patrimonial, demonstração contábil que tem a sua estrutura normatizada através da Portaria STN nº 510/16, a qual aprovou a Parte V – Demonstrações Contábeis

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
22		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Aplicadas ao Setor Público, do MCASP 7^a edição.

De acordo com os técnicos, a estrutura básica do BP do SFMSP se encontrava em consonância com o previsto no item 4.2.1, Parte V do MCASP 7^a edição.

O Balanço Patrimonial do SFMSP evidenciou um *deficit* financeiro (diferença entre ativo e passivo financeiro) de R\$ 952,5 mil, entretanto, após revisão do cálculo pela Auditoria, o *deficit* financeiro resultou em R\$ 1,3 milhão.

6.1 ATIVO CIRCULANTE

A Conta Caixa, apesar de não apresentar saldo ao final do exercício apresenta movimentação de R\$ 50,1 milhões, conforme balancete contábil. Isto se deve ao fato de ser utilizada de forma transitória, contendo lançamentos gerenciais que não se referem à movimentação efetiva de recursos financeiros.

O confronto dos valores contabilizados nas contas de Caixa e Equivalentes de Caixa com os extratos bancários em 31.12.17 evidenciou divergências em duas contas, no total de R\$ 93,7mil, em infringência à característica qualitativa da informação contábil denominada "representação fidedigna" especificada na NBCTSP Estrutura Conceitual.

6.1.1 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os registros contábeis na conta Adiantamentos a Fornecedores (R\$ 979,7 mil), referentes a empenhos a liquidar de fornecedores foram realizados indevidamente, pois não atendem ao conceito de Ativo, definido na NBCTSP Estrutura Conceitual. Além disso, não houve a devida tempestividade no reconhecimento da informação contábil aliado ao descumprimento do conceito de Adiantamento a Fornecedores, definido no PCASP 2017.

6.1.2 Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
23		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Nesta conta estavam registrados os valores a receber decorrentes da prestação de serviços funerários. A Autarquia possui duas formas de recebimento de valores, pagamentos em dinheiro/cheque ou cartão magnético (funções débito ou crédito).

Conforme já assinalado em auditorias de exercícios anteriores, os valores a receber de cartões de débito/crédito (R\$ 9,4 milhões em 31.12.17), persistem não suportados por registros analíticos que identifiquem a sua composição, dificultando o controle de arrecadação. A ausência da conciliação dos valores recebidos com o cartão de débito/crédito com os valores constantes do SOF fragiliza o controle do fluxo financeiro decorrente da arrecadação por meio do cartão magnético.

6.1.3 Débitos de Servidores Municipais

Referem-se a multas de trânsito decorrentes de infrações cometidas pelos motoristas das viaturas funerárias, pagos pela Autarquia para posterior reembolso por desconto em folha de pagamento.

Apesar de ter havido redução de 14,7% no saldo contábil dos Débitos de Servidores Municipais, oriundos em maioria de multas de trânsito, é necessário agilizar e regularizar o processo de recuperação dos valores.

Segundo observou a auditoria, o montante de R\$ 267,0 mil registrado contabilmente como Débitos de Servidores Municipais está apresentado indevidamente como atributo F - Financeiro, em desconformidade com o MCASP 7^a edição, elevando, de forma imprópria o montante dos Ativos Financeiros, que compõem o cálculo do superávit financeiro descrito no art. 43 da Lei Federal n° 4.320/64.

6.1.4 Estoques

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
24		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Estoques são ativos consubstanciados na forma de materiais ou suprimentos utilizados no processo produtivo, na prestação de serviços, na manutenção para venda ou distribuição no curso normal das operações da entidade.

Em 2017, houve um aumento de 26,0% no saldo de estoques, acarretado pelo aumento do estoque de produtos funerários, que passou de R\$ 2.101.891 em 2016 para R\$ 2.648.505 em 2017.

6.1.4.1 Produtos Funerários

O estoque de produtos funerários é composto por urnas, revestimentos, velas, embalagens, flores e outros adornos que são vendidos em conjunto com os serviços oferecidos pelo SFMSP. O estoque central da Vila Guilherme recebe todos os produtos e os distribui para os polos regionais de Itaquera, Vila Mariana e Jardim São Luis, para atender as requisições de forma mais ágil. A unidade central também atua como polo de distribuição para solicitações que ocorrem próximas a ela, ou para suprir deficiências de materiais que possam ocorrer em outros polos.

Foi observado que o sistema de controle de estoques ERP-ORACLE está sendo subutilizado, uma vez que não há vínculo entre o processo de reserva de urnas na emissão das Notas de Contratação de Funeral e os saldos registrados no sistema, sendo necessárias confirmações telefônicas e controles paralelos.

Ainda, em linha com tal falta de confiabilidade foi identificada a existência de registros no sistema ERP-ORACLE denominados "back order". Tais registros correspondem a itens existentes em NCFs emitidas que não podem realizar a devida movimentação do saldo, pois não possuem saldo de estoque registrados, e precisam ser verificados posteriormente.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
25		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

É necessário eliminar do sistema ERP-ORACLE os registros de "back order" para que as operações aconteçam de forma direta, com manutenção do saldo real de urnas no sistema.

6.1.4.2 Almoxarifado

O Almoxarifado compreende os insumos necessários ao desenvolvimento operacional e administrativo da entidade, excetuando-se os produtos destinados à comercialização que são geradores de caixa para a entidade.

Em 2017, o saldo do almoxarifado registrou uma queda de - 13,0% em comparação a 2016.

No relatório de auditoria de 2016 foi verificado que as peças a que se refere o saldo da conta Material para Manutenção de Veículos não existem fisicamente. O processo de baixa de tais itens está formalizado no PA n°2014-0.186.117, porém, apesar de solicitação realizada em 21.03.2016 para medidas administrativas que resultassem na devida baixa, esse procedimento ainda não ocorreu.

6.2. ATIVO NÃO CIRCULANTE

Em 2017, o grupo do Ativo Não Circulante, bens e direitos que possuem expectativa de realização após 12 meses, totalizava R\$ 83.512.981, com uma variação de 73,2% em comparação ao exercício anterior e estava composto com as seguintes contas:

6.2.1 Dívida Ativa Não Tributária

A Dívida Ativa se refere aos valores recebíveis pelo ente público, inadimplidos pelo esgotamento do prazo fixado para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular, desde que devidamente inscritos em procedimento específico, e pode ser dividida em Tributária e Não Tributária. No caso do SFMSP, o caráter do saldo é majoritariamente não tributário, pois os

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
26		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

créditos, em sua maioria, decorrem de cheques recebidos para pagamento de serviços funerários.

Quanto ao recebimento dos valores inscritos em Dívida Ativa, verifica-se considerável morosidade para reaver os valores uma vez que menos de 1,0% foi recuperado em 2017.

6.2.2. Outros Créditos a Receber

Nos "Outros Créditos a Receber" estão compreendidos os valores que, por suas especificidades, não se enquadram em outros detalhamentos existentes.

Em 2017, o saldo totalizava R\$ 65.545.963, representando uma variação de 116,6% superior a 2016.

A variação mais significativa nos valores registrados ficou por conta do reconhecimento dos valores a receber em decorrência do *default* do contrato com a empresa Direct Fácil, que resultou no reconhecimento de R\$ 30.306.425,34.

Os principais credores da Autarquia se mantêm praticamente inalterados, com elevada concentração, de 92,1%, referentes a 22 credores.

6.2.3. Imobilizado

São definidos como bens do Imobilizado os itens tangíveis que são mantidos para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens.

Segundo consta no relatório, os controles do Imobilizado, que deveriam suportar os valores registrados, não são úteis por não representarem o mesmo valor. Tal falha não permite afirmar se os

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
27		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

valores contabilizados são uma representação fidedigna e, portanto, necessitam de aprimoramento.

O processo de recebimento dos inventários físicos pela área de Bens Patrimoniais é deficiente e apenas 54,5% dos documentos esperados foram recebidos.

Em diligências foram identificados tratores, localizados no subsolo, que estavam em processo de leilão, bem como itens paralisados por quebra ou más condições.

Desta forma, é importante haver celeridade no processo de leilão dos tratores identificados no Crematório e a necessária atenção da administração na recuperação dos bens paralisados por quebra e más condições no Cemitério São Pedro.

6.3 PASSIVO CIRCULANTE

Em 2016, o Passivo Circulante apresentou uma variação de 205,0%, reflexo do aumento das contas "Obrigações a Pagar" e "Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo", a seguir demonstrado:

Passivo Circulante	2016	2017	Δ%	% Vert.
Obrigações Trab. Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	52.418	5.931.861	11216,4	52,2
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.052.949	3.589.538	74,8	31,6
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.623.155	1.850.718	14,0	16,3
Total	3.728.522	11.372.117	205,0	100

Fonte: Balançetes analíticos contábeis.

6.3.1 Obrigações trab. previd. e assist. a pagar a curto prazo

Trata das obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito, encargos a pagar, benefícios assistenciais, entre outras obrigações, com vencimento no curto prazo.

A grande variação na conta decorre do reconhecimento dos precatórios de natureza alimentícia a pagar de curto prazo, registrados anteriormente no longo prazo.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
28		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

6.3.2 Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

O saldo registrado em 31.12.2017, de R\$ 3,6 milhões, reflete exclusivamente os registros orçamentários. Foi informado que o registro dos passivos com fornecedores em 2017 ocorreu apenas no momento de liquidação da despesa, podendo ou não coincidir com o fato gerador da obrigação (entrega do bem ou da prestação do serviço). Tal procedimento descaracteriza o reconhecimento por competência das obrigações com fornecedores.

O reconhecimento dos passivos de fornecedores não é realizado por competência, ou seja, não está de acordo com o fato gerador dos eventos, em descumprimento à Portaria STN n° 548/15.

6.4 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O Passivo Não Circulante do Serviço Funerário corresponde, em sua totalidade, ao saldo da conta "Precatórios de Pessoal - a partir de 05/05/2000", dentro do grupo do Balanço Patrimonial "Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo".

Em 31/12/2016, o saldo totalizava R\$ 206.951.041, desse montante R\$ 5.648.708 foram inscrições do MOC - Mapa Orçamentário de Credores e R\$ 11.929.789 foram pagos pelo Tribunal de Justiça com recursos depositados pelo Município.

6.5 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O PL compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. O resultado patrimonial do exercício de 2017 foi positivo em R\$ 29,1 milhões, o que gerou uma redução no resultado patrimonial negativo acumulado para R\$ 115,5 milhões.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
29		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Saldo Patrimonial	Em R\$
Saldo Patrimonial em 2016 - Passivo Real a Descoberto	(144.601.175)
Resultado Patrimonial em 2017 - Superávit	29.096.819
Saldo Patrimonial em 2017 - Passivo a Descoberto	(115.504.933)

Na análise das contas de compensação, representativas dos atos potenciais ativos e passivos que podem vir a afetar o patrimônio, foram observados que os atos potenciais ativos estão representados, em sua maioria, por valores referentes a garantia recebidas no âmbito de contratos administrativos. Já os atos potenciais passivos registram contratos em vigência que representarão dispêndios por parte do SFMSP e ações judiciais que aguardam decisão.

Quanto ao registro de Atos Potenciais decorrentes dos processos judiciais em trâmite foi verificado que o SFMSP não recebeu os relatórios de controle dos processos judiciais, com a devida expectativa de êxito, que foram solicitados para a PGM por meio do ofício 426/FMS/2017, em 20.09.17 e reiterado em 10.01.2018.

6.6 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O Resultado Patrimonial do Exercício foi positivo em R\$ 29,1 milhões sendo que a principal influência foi a redução das VPD dos grupos "Variações Monetárias e Cambiais" e "Incorporação de Passivos", no montante de R\$ 11,8 milhões e R\$ 15,1 milhões. Ainda, foi constatada a utilização indevida de contas bem como a utilização de contas genéricas.

7. INFRINGÊNCIAS E PROPOSTA DE DETERMINAÇÕES DO EXERCÍCIO

Após analisar os elementos de informação e demais documentos trazidos pela Origem (fls. 155/166), a Auditoria ratificou seus

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
30		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

apontamentos relativos às infringências e propostas de determinações, com exceção dos subitens 8.1.8, 8.1.14, 8.1.24 e 8.1.33, os quais foram considerados superados, além do subitem 8.1.2, que foi retificado nos termos do que consta às fls. 166 v.

Instada novamente a se manifestar, a Autarquia Municipal e a Secretaria de Governo Municipal reafirmaram/complementaram seus esclarecimentos acerca dos apontamentos da Auditoria (fls. 177/186 e 190/193).

Por fim, nesse tópico foram consolidadas 14 infringências e 34 propostas de determinações ao Serviço Funerário. A SFC propôs, ainda, determinações à Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais, à qual a autarquia está vinculada, e, à Secretaria Municipal da Justiça, responsável pelo acompanhamento dos processos judiciais da autarquia.

8. DETERMINAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No que tange aos apontamentos de exercícios anteriores, item 9 do RAF 2018, os técnicos constataram que, do total de 42 determinações constantes do Acórdão relativo a 2015, 8 foram atendidas, 4 foram consideradas prejudicadas, restando 30 pendentes.

INSTRUÇÃO PROCESSUAL

A **Subsecretaria de Fiscalização e Controle**, após análise sobre as gestões orçamentária, financeiras, patrimonial e folha de pagamento, emitiu o Relatório Anual de Fiscalização - RAF 2017 (fls. 05 a 86) com a indicação das infringências ocorridas no exercício,

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
31		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

proposta de determinações e, ainda, a avaliação da situação das determinações de exercícios anteriores.

Após analisadas as justificativas apresentadas pela Autarquia, constante de fls. 99 a 134, a Auditoria considerou itens superados (8.1.8, 8.1.14, 8.1.24, 8.1.33) e ratificou os demais apontamentos, consignando nova redação ao item 8.1.2 (fls. 166v) do Relatório Anual de Fiscalização.

A SFC propôs, ainda, determinações à Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais, à qual a autarquia está vinculada, e, à Secretaria Municipal da Justiça, responsável pelo acompanhamento dos processos judiciais da autarquia.

Para a **Procuradoria Municipal da Fazenda**, as manifestações encartadas nos autos, peça 43, indicam que as pendências remanescentes estão sendo objeto de medidas por parte da entidade auditada. Desta forma, pleiteou a aprovação das contas.

A **Secretaria Geral** embasada nos documentos que instruem o processo opinou, peça 45, no sentido de que as contas do Serviço Funerário do Município de São Paulo, referentes ao exercício de 2017, reúnem condições de serem apreciadas e julgadas, ressalvados os atos não apreciados e pendentes de julgamento, sem prejuízo das recomendações e determinações que se julgarem necessárias.

É o meu relatório.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Em discussão. A votos.

O Sr. Cons^o Domingos Dissei -

[VOTO OFICIAL]

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
32		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

VOTO ENGLOBADO (exercícios de 2017 e 2018)

Trago a julgamento, englobadamente, o TC 4.366/18 e o TC 9.440/19, relativos, respectivamente, à prestação de contas do **Serviço Funerário do Município de São Paulo dos exercícios de 2017 e de 2018**, autarquia vinculada, à época, à Secretaria Municipal de Serviços e Obras - SMSO (atualmente denominada Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras - SIURB) e, a partir de 08.04.2018, a autarquia passou a se vincular à Secretaria Municipal das Subprefeituras -SMSP.

Os trabalhos realizados pelos técnicos desta Corte, que tiveram como objetivo demonstrar e avaliar o desenvolvimento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, abrangeram as contas prestadas pela Autarquia tendo por base o **Balanço Geral e os Demonstrativos Contábeis**.

Os exames estão balizados nos Relatórios da Subsecretaria de Controle Externo, fls. 05/87 da peça 01 do RAF 2017 e fls. 01/100 da peça 7 do RAF 2018, e nos processos acompanhantes.

Início destacando que o Serviço Funerário do Município de São Paulo - SFMSP é uma autarquia criada pela Lei Municipal nº 5.562/58 e alterada pela Lei nº 7.430/70, ambas revogadas pela Lei Municipal nº 8.383/76, com redação dada pela Lei nº 11.172/92 e regida pelo Ato Municipal 326/32 e suas alterações.

A Entidade tem como principais atividades a administração dos 22 cemitérios, 118 salas de velório, 12 agências funerárias, 01 crematório, 02 sedes administrativas e 04 almoxarifados, bem como o monopólio no fornecimento de caixões mortuários e transporte funerário.

Os resultados da fiscalização evidenciaram que a entidade tem enfrentado dificuldades para o cumprimento de suas atividades,

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
33		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

indicando uma situação crítica, dentre elas, os problemas relacionados à estrutura organizacional incompatível com as necessidades da entidade; a alta rotatividade de ocupantes no cargo de direção; a redução do quadro de servidores; problemas relacionados à manutenção de cemitérios, velórios e agências funerárias; sistemas informatizados precários; ínfimo volume de investimentos e a sua inclusão no Plano de Desestatização.

Esse cenário administrativo da entidade tem provocado consequências sensíveis à sociedade paulistana usuária dos serviços prestados, notadamente no que tange à insegurança nos cemitérios em virtude do insuficiente número de guardas (com casos recorrentes de furtos de portões, estátuas e ornamentos dos túmulos) e à elevação do tempo médio total de atendimento à população na contratação de funerais.

À época dos exames, encontrava-se aberto Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), destinado à apresentação de estudos de modelagem de gestão dos cemitérios, crematórios e serviços funerários, constante do Plano Municipal de Desestatização por meio do Edital de Chamamento Público nº 03/2017 da Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias.

O objeto foi a apresentação de estudos de modelagem operacional, econômico-financeira, jurídica e de engenharia e arquitetura para a revitalização, modernização, operação, manutenção e gestão dos cemitérios e do crematório públicos municipais.

Passo a abordar alguns tópicos que julgo relevantes no exame das contas do Serviço Funerário do Município de São Paulo - SFMSP relativos ao período de 2017 e 2018, sob o enfoque da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Gestão Financeira, Orçamentária e Patrimonial

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
34		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

O ano de 2017 foi o que apresentou o maior déficit (R\$ 13,7 milhões). Apesar da redução das despesas em R\$ 7,6 milhões, a diminuição da receita em R\$ 26,6 milhões foi a principal responsável pelo pior resultado orçamentário nos últimos anos.

No exercício de 2018 o caixa do SFMSP em 2018 atingiu o maior valor dos últimos cinco anos. Verificou-se que o resultado orçamentário passou de deficitário, em R\$ 23,1 milhões, para superavitário, em R\$ 14,8 milhões.

Fim de 2018, as disponibilidades de caixa do SFMSP somavam R\$ 25,5 milhões, montante 907% (novecentos e sete por cento) superior ao saldo existente no final de 2017 e suficientes para saldar suas obrigações de curto prazo, cujo valor somava R\$ 9,1 milhões.

Os recursos disponíveis, compostos por ativos de alta liquidez e pelos valores a creditar (cartão de crédito e cheques), relativos aos serviços já prestados pela Autarquia, tiveram um crescimento de 206,6%, entre 2017 e 2018.

O *superávit* financeiro do SFMSP apurado em 2018 foi de R\$ 27,1 milhões, revertendo o *déficit* financeiro de 2017.

Em relação aos controles, os exames apontaram a necessidade de implantação de sistema informatizado, integrando movimentação financeira e registros contábeis.

No que tange às **receitas,** o aumento observado, de 98,1% na arrecadação dos serviços, entre 2017 à 2018, deve-se, principalmente, à atualização das tabelas de preços dos produtos e serviços, que ocorreu em janeiro de 2018, por meio da Resolução nº 01/SFMSP/2018.

Houve redução da quantidade de produtos comercializados em 2018, em relação a 2017, principalmente de enfeites florais, de revestimentos simples e de urnas e caixões, situação incompatível

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
35		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

com o aumento na quantidade de óbitos ocorridos no Município em 2018 que totalizaram 87.622.

Em 2018, a Autarquia alienou 19 veículos por meio de leilão realizado em 19.09.18, com a conseqüente arrecadação de receita de capital no montante de R\$ 130,6 mil.

Das vendas ocorridas em 2017 por meio do cartão magnético, houve um descumprimento financeiro, no valor de R\$ 30,3 milhões, em virtude da falta do repasse das transações financeiras pela empresa *Direct Fácil, Administradora de Cartões EIRELI-ME* para a Autarquia.

Em 2018, o expressivo aumento da receita arrecadada (33,5%), aliado à redução da despesa empenhada (2,8%), contribuiu para a melhora do resultado orçamentário. Assim, o **resultado orçamentário deficitário em R\$ 23,1 milhões passou a ser superavitário em R\$ 26,1 milhões**. No entanto, a Auditoria entende que esse valor deve ser ajustado para R\$ 14,8 milhões, excluindo-se as receitas de venda por cartão de crédito com parcelas recebíveis em exercício posterior.

A carência em "**investimentos**" é recorrente ao longo dos anos, conforme já apontado nos exercícios anteriores. Em 2018, foram empenhados apenas R\$ 50,7 mil, destinados à aquisição de placas para cobertura, toldos e tendas para uso nos cemitérios.

De acordo com a auditoria, na conta "**Doadores**" permanecem registrados valores pendentes para ressarcimento das despesas com funeral de doadores de órgãos no valor de R\$ 17,8 milhões, que devem ser realizados pela Prefeitura ao Serviço Funerário por conta da isenção do pagamento de serviços funerários aos doadores de órgãos, amparada pela Lei Municipal nº 11.479/94, alterada pela Lei Municipal nº 13.568/03, e regulamentada pelos Decretos Municipais 43.560/03 e 45.606/04. A falta de estimativa de prazo para o recebimento desses valores pode gerar a descapitalização da Autarquia.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
36		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Como apontado nos últimos exercícios, o saldo da conta **"Débitos de Servidores Municipais"** registra um número excessivo de infrações de trânsito que só serão recebidos no longo prazo uma vez que alguns servidores possuem débitos de valores altos e a cobrança é limitada a parcelas mensais.

Com relação às **"Concessões de terrenos"**, os valores contabilizados a título de comercialização das áreas de sepultamento registram parcelas devidas por 568 concessionários, no montante de R\$ 2,2 milhões.

Foi constatada a falta de registro contábil dos **bens imóveis** da entidade, o que representa uma distorção na demonstração patrimonial divulgada. Para ter uma dimensão do impacto do reconhecimento contábil dos imóveis na posição patrimonial da Autarquia, a Auditoria levantou os valores de 19 cemitérios na data-base de 31.12.18, cujos valores venais de referência (VVR) totalizam R\$ 3,3 bilhões.

Com relação ao **quadro de pessoal** nos últimos cinco exercícios, a Autarquia vem passando por uma progressiva redução de servidores, efetivos e comissionados, sem perspectiva de reposição, ao mesmo tempo em que a quantidade de inativos/pensionistas e de estagiários está aumentando.

Até dezembro de 2018, dos 3.367 cargos previstos legalmente, apenas 965 estavam providos, sendo 846 efetivos e 119 comissionados.

Quanto aos **indicadores quantitativos do desempenho operacional** do SFMSP, verifica-se que houve uma redução da quantidade de produtos comercializados em 2018, em relação ao ano de 2017, principalmente de enfeites florais, de revestimentos simples e de urnas e caixões, situação incompatível com o aumento na quantidade de óbitos ocorridos no Município em 2018.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
37		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, respaldado nos exames realizados pelo Órgão Técnico desta Corte, nas manifestações da Procuradoria da Fazenda Municipal (peça 38) e da Secretaria Geral (peças 40/41), que incorporo ao presente, **VOTO pelo ACOLHIMENTO das contas do Serviço Funerário do Município de São Paulo, relativas aos exercícios de 2017 e 2018**, ressalvados os atos não apreciados pendentes de julgamento.

ACOLHO como DETERMINAÇÃO os apontamentos elencados nos itens 8, dos respectivos Relatórios de Auditoria - exercícios de 2017 e 2018, considero **PREJUDICADOS** os subitens 8.1.9, 8.26, 8.28 a 8.1.31 do exercício de 2017 e o subitem 8.1.14 do exercício de 2018, em razão da concessão dos serviços à iniciativa privada ocorrida em 2023, além dos itens já considerados superados pela auditoria.

REITERO as "**Determinações de Exercícios Anteriores ainda não atendidas**", detalhadas no subitem 9.1.3, do Relatório Anual de Fiscalização - RAF 2017, com exceção dos itens 7.1.3, 7.1.8 (relativos a 2015).

Por fim, **DETERMINO** o envio de cópias deste Relatório e Voto do acordão aos responsáveis (à época e os atuais), ao Exmo. Senhor Prefeito do Município de São Paulo, ao Senhor Secretário Municipal de Justiça, ao Secretário Municipal das Subprefeituras e ao Senhor Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo - SPREGULA, para inteiro conhecimento.

Após as providências regimentais, arquivem-se os autos.

É o meu voto.

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
38		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - O item 2 é o TC 9.440/2019

**2) TC 9.440/2019 - Serviço Funerário do Município de São Paulo
- SFMSP - Balanço referente ao exercício de 2018**

[RELATÓRIO OFICIAL]

1. INTRODUÇÃO

Cuida o presente da prestação de contas do Serviço Funerário do Município de São Paulo - SFMSP, relativa ao exercício de 2018, entidade Autárquica, vinculada à Secretaria Municipal de Serviços e Obras (atualmente denominada Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras), criada pela Lei Municipal n^o 5.562/58, alterada pela Lei n^o 7.430/70, e reorganizada pela Lei Municipal n^o 8.383/76 e alterações posteriores.

A Entidade tem suas atribuições definidas no art. 2^o da Lei Municipal n^o 8.383/76, que estabelece como principais atividades a administração dos 22 cemitérios, 118 salas de velório, 12 agências funerárias, 01 crematório, 02 sedes administrativas e 04 almoxarifados, bem como o monopólio no fornecimento de caixões mortuários e transporte funerário.

Ademais, cabe a administração dos cemitérios, a responsabilidade sobre concessão de sepulturas para inumação (sepultamento), ossários e relicários, autorização para exumações e reinumações, autorização e fiscalização de construções funerárias, escrituração dos cemitérios e fiscalização dos serviços executados por empreiteiros credenciados.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
39		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Prestação de Contas

A autarquia apresentou ao TCMSP para apreciação e julgamento a documentação que compõe sua prestação de contas, em 30.05.2019, em atendimento ao prazo legal previsto no artigo 74 do Regimento Interno deste Tribunal.

A publicação dos principais relatórios integrantes desse conjunto ocorreu nas edições de 30.01.19 e 30.04.19 do Diário Oficial da Cidade de São Paulo (DOCSP).

CONJUNTURA ATUAL DA AUTARQUIA

O ano de 2018 foi caracterizado por incertezas para o SFMSP, em virtude da indefinição quanto ao destino da Autarquia. A perspectiva de concessão dos cemitérios, do crematório e dos serviços funerários, cujos estudos foram iniciados em 2017, gerando reflexos diretos na gestão administrativa, destacando-se:

- a manutenção de estrutura organizacional incompatível com as necessidades atuais da entidade, contemplando, por exemplo, setor responsável por fabricação de caixões mortuários, que há mais de 20 anos não são produzidos pelo SFMSP;

- a redução do quadro de servidores, mesmo havendo concurso homologado para preenchimento de 200 cargos, para o qual não há autorização de convocação pela Junta Orçamentário-Financeira do Município (JOF);

- o descontrole da atividade operacional da Autarquia, a venda de urnas e caixões, gerida por meio de software de baixa confiabilidade que permite a venda de produtos inexistentes em estoque, sem transparência do custo de aquisição dos insumos e com política de preços defasada, acarretando risco de prejuízo em hipóteses de preço de compra maior que o da revenda;

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
40		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

- a prescrição de direitos a receber ocasionada pelo abandono da gestão da dívida ativa, cuja última inscrição data de 2014;

- o ínfimo volume de investimentos (apenas R\$ 50,7 mil no ano).

O atravancamento administrativo da entidade provocou consequências sensíveis à sociedade paulistana usuária dos serviços prestados pelo SFMSP, notadamente no que tange à insegurança nos cemitérios em virtude do insuficiente número de guardas (com casos recorrentes de furtos de portões, estátuas e ornamentos dos túmulos) e à elevação do tempo médio total de atendimento à população na contratação de funerais em relação a 2017 (de 3 horas e 30 minutos para 4 horas).

Esse cenário torna a missão de gerir o SFMSP desafiadora. Não à toa, 3 Superintendentes estiveram à frente da Autarquia durante 2018. A alta rotatividade nos cargos de direção prejudica o desenvolvimento das atividades cotidianas e o planejamento de curto, médio e de longo prazo.

Prova disso é que ao término de 2018, a Autarquia acumulou R\$ 25,5 milhões em disponibilidades financeiras, montante 907% superior ao saldo existente no final de 2017.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 Plano Plurianual (PPA)

No Plano Plurianual 2018-2021 não foram estabelecidas metas físicas, em desatendimento ao art.137, I, §1º da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

2.1.2. Compromisso de Desempenho Institucional

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
41		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

O SFMSP elaborou o CDI para os exercícios de 2015/2016 e, em março/18, assinou um novo CDI com vigência até 31.12.21 (Processo SEI nº 6017.2018/0012757-913). A avaliação do cumprimento do CDI 2015-2018 foi feita pela Junta Orçamentário-Financeira (JOF), vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda. Os resultados alcançados em 2018 foram os seguintes:

Quadro 1 – Resultados Alcançados pelo SFMSP em 2018

Meta	Cumprimento	Observação
- Resultado Econômico	Atingido	A variação patrimonial e o resultado orçamentário foram atingidos
- Resultado Financeiro	Atingido	O resultado do período (orçamentário e extraorçamentário) ficou superavitário
- Pessoal	Atingido	O quantitativo e o montante ficaram dentro da meta estabelecida e abaixo do resultado do ano anterior
- Plano de Investimentos	Não satisfatório	Não houve informações objetivas sobre o andamento do único item listado como investimento: concessão de cemitérios
- Produtos	Satisfatório	Apenas 3 produtos, de uma lista de 8, não foram efetivamente entregues
- Indicadores	Não satisfatório	Foram apresentados 3 itens para mensuração, dos quais apenas 1 apresentou resultado

Fonte: Relatório Anual de Acompanhamento do CDI – Serviço Funerário – 2018, emitido pelo Comitê de Governança das Entidades da Administração Indireta (COGEAI), fornecido pela Chefia de Gabinete do SFMSP.

Observou a auditoria que o CDI, embora aprovado pela Secretaria Municipal da Fazenda, assinala o cumprimento não satisfatório das metas de “Plano de Investimentos” e de “Indicadores”.

2.2. Atribuições do SFMSP e Estrutura Organizacional

De acordo com a auditoria, durante 2018, a inadequação da estrutura organizacional permaneceu a mesma e, na medida em que avança o processo de concessão dos cemitérios e dos serviços de contratação de funerais, principais fontes de recursos da Autarquia, fica cada vez mais evidente a necessidade de que o Executivo defina o novo papel do SFMSP, sua respectiva fonte de financiamento e a sua nova estrutura organizacional.

2.2.1 Quadro de Pessoal

Em 2018, dos 3.367 cargos previstos legalmente, apenas 965 estavam ocupados, sendo 846 efetivos e 119 comissionados.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
42		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Nos últimos cinco exercícios, a Autarquia vem passando por uma progressiva redução do quadro de pessoal efetivo e comissionado, sem perspectiva de reposição de servidores, ao mesmo tempo em que a quantidade de inativos/pensionistas e de estagiários está aumentando.

Em 2016, foi realizado concurso público para preenchimento de 200 cargos vagos de Assistente de Gestão de Políticas Públicas (AGPP). A homologação do concurso e a prorrogação de sua vigência para 02.06.20 foram publicadas no Diário Oficial da Cidade (DOC) em 02.06.16 e 24.05.18, respectivamente.

Segundo informações contidas no processo SEI n° 6410.2016/0000158-6 (que trata do concurso público), a última solicitação de nomeação foi encaminhada à SG em 20.02.19. Foram emitidos pareceres favoráveis à nomeação por diversos setores da Prefeitura. Entretanto, para atender ao inciso VI do artigo 1° do Decreto Municipal n° 54.851/14, a solicitação foi encaminhada para a JOF para avaliação e parecer conclusivo. Em 17.05.19, a JOF emitiu o seguinte parecer:

"REJEITADO - Serviço Funerário do Município de São Paulo - SFMSP (SEI 6410.2016/0000158-6): solicitação de nomeação de 50 (cinquenta) candidatos aprovados em concurso público de ingresso da carreira de Assistente de Gestão e de Políticas Públicas - AGPP. Tendo em vista o processo de concessão da prestação dos serviços funerários no Município, a JOF deliberou pelo não atendimento do pleito".

2.2.2. Motoristas, Sepultadores, Servidores nas Agências e Guardas de Cemitérios

Segundo os levantamentos da auditoria, em 2018, dos 157 servidores motoristas, apenas 46 estavam lotados no tráfego. Os

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
43		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

demais estavam em outras atividades em razão da decisão da Autarquia de utilizar motoristas terceirizados para realizar o transporte fúnebre, deslocando parte dos motoristas concursados para realizar atividades de cunho administrativo. Quanto aos sepultadores, dos 366 servidores, 281 estavam atuavam nos cemitérios e nos velórios.

De acordo com a auditoria, o contínuo declínio da quantidade de cargos ocupados (sepultadores, motoristas e servidores de agências), a elevada idade média desses servidores (muitos se aproximando da aposentadoria), e o indeferimento da nomeação dos candidatos aprovados em concurso público podem comprometer a realização das atividades essenciais da Autarquia e elevar o tempo de espera por um funeral.

2.3. Concessões em Andamento

O Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) foi aberto por meio do Edital de Chamamento Público nº 03/2017 da SMDP. O objeto foi a apresentação de estudos de modelagem operacional, econômico-financeira, jurídica e de engenharia e arquitetura para a revitalização, modernização, operação, manutenção e gestão dos cemitérios e do crematório públicos municipais.

Até 05.06.19, os estudos apresentados estavam em análise e o edital da consulta pública não tinha sido publicado. Cabe ao Poder Executivo Municipal a decisão sobre eventual concessão dos cemitérios e do crematório e dos serviços funerários, que precisa ser tomada o mais breve possível para que o risco de colapso do SFMSP seja evitado.

2.4. Avaliação dos Produtos e Serviços

Os indicadores quantitativos do desempenho operacional do SFMSP são divididos em produtos e serviços (enfeites florais, revestimento de urnas e caixões, véu, velas, taxa de sepultamento,

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
44		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

carros para enterro e/ou viagem, cremação) e urnas e caixões (urnas e caixões funerários e para cinzas).

2.4.1. Quantidade de Produtos e Serviços

Segundo a auditoria houve uma redução da quantidade de produtos comercializados em 2018, em relação a 2017, principalmente de enfeites florais, de revestimentos simples e de urnas e caixões, situação incompatível com o aumento na quantidade de óbitos ocorridos no Município em 2018 que totalizando 87.622.

Em contrapartida, houve aumento na quantidade de serviços prestados, destaca-se o traslado, envolvendo carros para enterro, carroto, remoção e viagem, cuja soma atinge 159.654 traslados.

A partir de 2018, com o aditamento do contrato, os serviços de traslado passaram a ser executados principalmente pela FVB, e os motoristas do SFMSP, preferencialmente, têm realizado as remoções oriundas do SVOC.

2.4.2. Tempo médio do atendimento na agência e das remoções

Em 2018, o tempo médio de contratação de um funeral na agência foi de aproximadamente 34 minutos, já o tempo médio de atendimento total (do fim da contratação do funeral até o término do traslado) foi de 4 horas, acima do tempo médio de 3 horas e 30 minutos de 2017.

2.4.3. Quantidade de saídas de Urnas e Caixões do período de 2014-2018

A quantidade de urnas e caixões com menor preço ("Jasmim" e grátis), após um aumento expressivo em 2017, teve uma queda relevante: passou de 30.861 unidades para 21.077, representando 32,1% do total. Essa queda foi compensada pelo aumento nas vendas do modelo

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
45		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

“Petúnia”, representando 19,5% do total, e contribuindo para aumentar as receitas da Autarquia.

O modelo “Bromélia” é o padrão mínimo para os convênios do SFMSP e também para os doadores de órgãos, e representou 38,1% das vendas.

2.4.4. Política de Preços

Quanto à política de preços, constatou-se que persiste a falta de transparência dos custos dos produtos comercializados. As compras são realizadas com a nomenclatura de urnas e caixões nos editais que não corresponde diretamente aos nomes dos modelos vendidos.

Segundo a auditoria a política de preços tem que ser reavaliada em função do tamanho da urna e da correlação entre os valores de compra e venda. Em alguns casos, o preço de venda é bem próximo do preço de compra, sendo que a diferença entre esses valores pode, inclusive, gerar prejuízo (modelos P3 e M6).

3. PESSOAL

3.1. Introdução

Verificou-se a regularidade da folha de pagamento e sua conformidade com a legislação e normas vigentes, bem como a legalidade dos atos de admissão e demissão, a qualquer título, realizados no âmbito do Serviço Funerário Municipal de São Paulo. Os resultados dessas verificações foram relatados no eTCM nº 4941/19.

3.2. Despesas com Pessoal

O grupo de despesa com “Pessoal e Encargos Sociais” totalizou R\$ 57,9 milhões orçados, representando, 36,1% do orçamento. No período de janeiro a dezembro de 2018, foram empenhados R\$ 47,9 milhões em despesa com “Pessoal e Encargos Sociais”, houve uma

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
46		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

diferença entre o valor inicialmente orçado e a execução orçamentária de R\$ 10,0 milhões no grupo de despesa de "Pessoal e Encargos Sociais".

3.3. Contabilização dos eventos da Folha de Pagamento e Atos de Pessoal

Foram analisadas algumas contas contábeis do grupo do passivo circulante, que registram as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias relacionadas com a folha de pagamento.

Os totais dos salários líquidos constantes no resumo da folha de pagamento dos meses de fevereiro, julho e outubro, não conferem com os valores provisionados na contabilidade.

O SFMSP informou que não existe designação da Superintendência para formação de uma equipe de auditoria interna. A implantação de uma auditoria interna é importante para reforçar o controle e avaliação de processos e áreas vinculadas à folha de pagamento, reduzindo a possibilidade de erros, como aqueles encontrados pela auditoria e melhorando as atividades vinculadas a gestão de pessoal.

4. NOTAS EXPLICATIVAS

Observou a auditoria que as notas explicativas não contemplam informações sobre o resumo das políticas contábeis significativas (bases de mensuração utilizadas, novas normas e políticas contábeis alteradas e julgamentos pela aplicação das políticas contábeis), infringindo o item 8.2 "b" da Parte V do MCASP 7^a ed.

As notas explicativas não apresentam informações sobre a gestão do risco financeiro da entidade, o reconhecimento de inconformidades e ajustes decorrentes de omissões e erros de registro (no valor líquido de R\$ 102,2 mil em 2018), não atendendo o item 8.2 "d" da Parte V do MCASP 7^a ed.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
47		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Não foi confeccionada nota explicativa sobre os passivos contingentes no montante de R\$ 68,9 milhões, sendo que a quantia de R\$ 14,7 milhões, que integra este valor, refere-se a ações judiciais contra a Autarquia. A omissão representa infringência ao item 10.3 da Parte II do MCASP 7^a ed, no que se refere às ações cuja probabilidade de perda não seja remota.

5. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A gestão orçamentária compreende o registro e a evidenciação do orçamento público, em relação ao planejamento e sua execução. Os registros de natureza orçamentária são base para a elaboração do Balanço Orçamentário.

5.1. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, bem como a execução dos Restos a Pagar Não Processados e execução dos Restos a Pagar Processados.

5.2. Receita Orçamentária

As receitas do SFMSP provêm, principalmente, da prestação de serviços funerários, como o fornecimento de urnas e caixões, a ornamentação das câmaras mortuárias, a instalação e manutenção dos velórios públicos, a administração de fornos do crematório, os procedimentos para a cremação de restos mortais, a concessão de sepulturas e o transporte e a remoção de corpos.

5.2.1. Receita Efetiva Realizada em 2018

Do total das receitas realizadas, cerca de 89,4% foram efetuadas com o uso do cartão de crédito/débito. Das vendas ocorridas em 2018 por meio do cartão magnético, estavam pendentes de

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
48		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

recebimento ao final do ano R\$ 11,4 milhões, em virtude do parcelamento que pode ser em até 3 vezes.

5.2.2. Receita Prevista e Realizada

A previsão de R\$ 159,9 milhões foi superestimada em relação à real capacidade de realização do SFMSP, principalmente pelo mau planejamento orçamentário das Receitas de Serviços. A receita realizada correspondeu a 93,0% da receita prevista para 2018.

Após o ajuste da auditoria, essa insuficiência de arrecadação aumenta, ainda mais, para R\$ 22,6 milhões, ou seja, a receita realizada correspondeu a 85,9% da receita prevista.

Das vendas ocorridas em 2017 por meio do cartão magnético, houve um *default*, no valor de R\$ 30,3 milhões, em virtude da falta do repasse das transações financeiras pela empresa *Direct Fácil*, Administradora de Cartões EIRELI-ME para a Autarquia. Considerando os ajustes da Auditoria referentes a valores a serem recebidos em 2017 da *Direct Fácil* e em 2018 das operações realizadas com cartão de crédito parceladas, as receitas orçamentárias efetivamente realizadas pelo SFMSP aumentaram 34,0% em relação ao exercício anterior.

Em 2018, não houve arrecadação na receita tributária, que trata da Taxa de Fiscalização de Cemitérios, em virtude da Lei Municipal nº 16.402/16 que revogou a Lei Municipal nº 10.579/88 e extinguiu a referida Taxa.

Ainda, em 2018, a Autarquia alienou 19 veículos por meio de leilão realizado em 19.09.18, com a conseqüente arrecadação de receita de capital no montante de R\$ 130,6 mil.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
49		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Quadro 17 – Comparativo da receita realizada entre 2017 e 2018

Em R\$

Receita Realizada	2017	2018	% Vert.	Δ	Δ%
Receitas Correntes	142.579.600	148.536.133	99,9	5.956.533	4,2
Receita Tributária	166.032	-	0,0	(166.032)	-100,0
Receita Patrimonial	980.755	722.433	0,5	(258.322)	-26,3
Receita de Serviços	138.356.327	145.822.082	98,1	7.465.755	5,4
Outras Receitas Correntes	1.111.029	842.818	0,6	(268.211)	-24,1
Receitas Intraorçamentárias	1.965.457	1.148.800	0,8	(816.657)	-41,6
Receitas de Capital	-	130.600	0,1	130.600	-
Alienação de Bens Móveis	-	130.600	0,1	130.600	-
Total registrado	142.579.600	148.666.733	100,0	6.087.133	4,3
(-) Valor a receber da Direct Fácil	(30.306.425)	-	-	30.306.425	-
(-) Valor a receber cartão de crédito	(9.421.945)	(11.358.632)	-	(1.936.687)	20,6
Total após ajuste da Auditoria	102.851.230	137.308.101	-	34.456.871	33,5

Fonte: Balanço Orçamentário SFMSP.

O aumento da receita realizada em 2018 foi decorrente, sobretudo, da arrecadação de receita de prestação de serviços, responsável por 98,1% da arrecadação da Autarquia.

De 2017 para 2018 o aumento observado na Receita de Serviços deve-se, sobretudo, à atualização das tabelas de preços dos produtos e serviços, que ocorreu em janeiro de 2018, por meio da Resolução do SFMSP n° 01/SFMSP/2018.

Urnas Gratuitas

As urnas gratuitas são concedidas aos servidores do SFMSP e à população de baixa renda. Quanto à gratuidade do sepultamento e dos meios necessários à população de baixa renda, o artigo 2° da Lei Municipal n° 11.083/91 dispõe que o Executivo Municipal deverá regulamentar os detalhes no prazo máximo de 60 dias.

Entretanto, ainda não houve a edição de norma complementar sobre a gratuidade concedida ao munícipe que não tenha condição de arcar com as despesas de funeral.

A quantidade de urnas gratuitas utilizadas nos últimos anos está demonstrada a seguir:

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
50		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Quadro 20 – Quantidade de Urnas Gratuitas

Ano	Quantidade de Urnas Gratuitas
2014	7.219
2015	7.665
2016	8.518
2017	8.390
2018	8.760

Fonte: Assessoria de Informática (consultoria de informática).

Segundo observado pela auditoria, é necessário que o Executivo Municipal regulamente o processo de concessão da gratuidade do sepultamento concedida ao munícipe (tipo de urna, situações a serem abrangidas pela gratuidade, documentação necessária à comprovação do direito, etc.)

5.3. Alterações no Orçamento

O orçamento do SFMSP, originalmente aprovado em R\$ 160,5 milhões, foi reduzido para R\$ 141,9 milhões por conta, sobretudo, do crédito adicional Inter entidades, ou seja, diminuição de R\$ 18,5 milhões na Autarquia e suplementação na Prefeitura (Decreto Municipal nº 58.580/18).

5.4. Despesas

Na análise da evolução das despesas empenhadas, constata-se que em 2018 houve uma discreta diminuição, ou seja, uma redução nominal em 2,8%.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
51		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Quadro 22 – Comparativo das Despesas Empenhadas entre 2017 e 2018

Em R\$

Despesa Empenhada	2017	2018	Δ	Δ%
Despesas Correntes	110.744.045	122.442.075	11.698.030	10,6
Pessoal e Encargos Sociais	51.028.306	47.879.154	(3.149.152)	-6,2
Vencimentos e Vantagens Fixas	39.092.481	37.084.726	(2.007.755)	-5,1
Obrigações Patronais	7.811.379	7.474.517	(336.862)	-4,3
Outras Despesas Variáveis – Pcivil	3.823.584	3.113.409	(710.175)	-18,6
Sentenças Judiciais	285.411	193.185	(92.226)	-32,3
Outros Benefícios Previdenciários	15.451	13.317	(2.134)	-13,8
Outras despesas correntes	59.715.739	74.562.921	14.847.182	24,9
Outros Serviços de Terceiros - PJ	43.536.861	41.375.101	(2.161.760)	-5,0
Aquisição de Produtos para Revenda	-	15.172.557	15.172.557	100
Auxílio-Alimentação	9.515.873	9.747.374	231.501	2,4
Auxílio-Transporte	2.665.283	2.380.498	(284.785)	-10,7
Despesas de Exercícios Anteriores	289.893	120.892	(169.001)	-58,3
Material de Consumo	1.572.457	1.374.686	(197.771)	-12,6
Obrigações Tributárias e Contributivas	1.471.453	1.518.806	47.353	3,2
Outros Serviços de Terceiros - PF	300.142	1.536.531	1.236.389	411,9
Material, bem ou serviço distrib gratuito	-	952.777	952.777	-
Demais despesas correntes	363.777	383.699	19.922	5,5
Despesas de Capital	15.233.308	50.677	(15.182.631)	-99,7
Inversões Financeiras (Prod. Revenda)	15.061.808	0	(15.061.808)	-100,0
Investimentos	171.500	50.677	(120.823)	-70,5
Equipamentos e Material Permanente	0	30.900	30.900	
Outros Serviços de Terceiros - PJ	171.500	19.777	(151.723)	-88,5
Total	125.977.353	122.492.752	(3.484.601)	-2,8

Fonte: Relatório SOF- Acompanhamento de Execução Orçamentária.

Destacam-se as principais variações ocorridas no biênio 2017/2018:

- Em 2017, as despesas com a aquisição de urnas e outros artigos funerários, produtos para revenda, foram classificadas incorretamente como despesa de capital. Em atendimento ao RAF de exercícios anteriores, tal despesa passou a ser registrada em 2018 como despesa corrente: urnas para revenda (R\$ 15,2 milhões) e urnas gratuitas (R\$ 952,8 mil).

- O principal motivo do aumento do valor de "Outros Serviços de Terceiros - PF" e da diminuição de "Outros Serviços de Terceiros - PJ" foi a alteração, no final de 2017, de locador de pessoa jurídica para pessoa física em decorrência do novo contrato de locação do

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
52		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

imóvel do bairro da Vila Guilherme para instalação do departamento de produção.

- Em relação aos vencimentos e vantagens fixas, demonstrase uma redução de R\$ 2,0 milhões, em razão, especialmente, da concessão de aposentadorias a 52 efetivos

- A carência em investimentos é recorrente ao longo dos anos, conforme já apontado no RAF de exercícios anteriores. No último ano foi empenhado apenas R\$ 50,7 mil, destinado à aquisição de placas para cobertura, toldos e tendas para uso nos cemitérios.

A Autarquia contabilizou incorretamente a devolução de concessões e demais serviços prestados como despesa orçamentária (R\$ 172,1 mil).

5.5. Resultado da Execução Orçamentária e Transferências

O SFMSP apresentou *superávit* da execução orçamentária de R\$ 26,2 milhões no Balanço Orçamentário:

Quadro 23 – Resultado da Execução Orçamentária		Em R\$
Receita realizada		148.666.733
(-) Despesa empenhada		(122.492.752)
Resultado orçamentário		26.173.981

Fonte: Balanço Orçamentário 2018.

Na análise da evolução do resultado efetivo da execução orçamentária, verificou-se que o resultado orçamentário passou de deficitário em R\$ 23,1 milhões para superavitário em R\$ 14,8 milhões. Em 2018, o expressivo aumento da receita arrecadada (33,5%) aliada à redução da despesa empenhada (2,8%) contribuíram para a melhora do resultado orçamentário.

6. GESTÃO FINANCEIRA

O exame da gestão financeira do SFMSP contemplou a análise das disponibilidades frente às obrigações de curto prazo, o cálculo

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
53		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

do *Superávit* Financeiro, além da verificação quanto à elaboração do Balanço Financeiro e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, que têm conceitos, regras e procedimentos padronizados pelo MCASP 7^a edição.

6.1 Demonstração dos Fluxos De Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC apresenta as entradas e saídas de caixa do período divididas nos fluxos operacional, de investimento e de financiamento, resultando no saldo final de Caixa e Equivalentes de Caixa.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
54		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Demonstração dos Fluxos de Caixa - 2018		Em R\$	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (I)	24.671.920	8.198.503	
Ingressos	303.709.406	266.010.571	
Receitas Derivadas e Originárias	148.536.133	142.579.600	
Receita Tributária	-	166.032	
Receita de Contribuições	-	-	
Receita Patrimonial	722.433	980.755	
Receita Agropecuária	-	-	
Receita Industrial	-	-	
Receita de Serviços	145.822.081	138.356.327	
Remuneração das Disponibilidades	-	-	
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.991.618	3.076.486	
Transferências Recebidas	-	-	
Intragovernamentais	-	-	
Outros Ingressos Operacionais	155.173.273	123.430.971	
Outros Ingressos Operacionais	155.173.273	123.430.971	
Desembolsos	279.037.485	257.812.067	
Pessoal e Demais Despesas	121.889.313	106.429.725	
Urbanismo	121.889.313	106.429.725	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	
Transferências Concedidas	-	-	
Outros Desembolsos Operacionais	157.148.172	151.382.343	
Outros Desembolsos Operacionais	157.148.172	151.382.343	
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (II)	(1.738.498)	(14.582.712)	
Ingressos	130.600	-	
Alienação de Bens	130.600	-	
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	
Outros Ingressos de Investimento	-	-	
Desembolsos	1.869.098	14.582.712	
Aquisição de Ativo Não Circulante	7.000	183.859	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	
Outros Desembolsos de Investimentos	1.862.098	14.398.853	
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (III)	-	-	
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I + II + III)	22.933.422	(6.384.208)	
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	2.528.559	8.912.767	
Caixa e Equivalente de Caixa Final	25.461.981	2.528.559	

Fonte: Publicação no DOCSP em 30.04.19, página 134.

Observou a auditoria que a estrutura da DFC está consistente com os padrões estabelecidos pelo MCASP 7^a edição e IPC n° 08.

6.2 Balanço Financeiro

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
55		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	148.666.732	142.579.600	Despesa Orçamentária (VI)	122.492.752	125.977.353
Ordinária	148.536.133	142.579.600	Ordinária	122.492.752	125.977.353
Tesouro Municipal	-	-	Tesouro Municipal	-	-
Recursos Próprios da Adm. Indireta	148.536.133	142.579.600	Recursos Próprios da Adm. Ind.	122.492.752	125.977.353
Recursos Próprios da Emp. Depend.	-	-	Recursos Próprios da Emp. Depend.	-	-
Vinculada	130.600	-	Vinculada	-	-
Alienação de Bens Ativos	130.600	-			
Transf. Fin. Recebidas (II)	-	-	Transf. Fin. Concedidas (VII)	-	-
Para Execução Orçamentária	-	-	Para Execução Orçamentária	-	-
Independentes de Exec. Orçam.	-	-	Independentes de Exec. Orçam.	-	-
Para Aportes de Recursos para o RPPS	-	-	Para Aportes de Recursos para o RPPS	-	-
Para Aportes de Recursos para o RGPS	-	-	Para Aportes de Recursos para o RGPS	-	-
Receb. Extraorçamentários (III)	162.912.804	134.597.030	Pagtos. Extraorçamentários (VIII)	166.153.363	157.583.485
Inscrição de RP Não Processados	6.292.404	7.790.700	Pagamentos de RP Não Processados	5.434.666	4.297.834
Inscrição de RP Processados	1.716.785	3.513.186	Pagamentos de RP Processados	3.463.405	1.968.838
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	16.129.213	18.026.744	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	16.271.983	17.805.105
Outros Receb. Extraorçamentários	138.774.401	105.266.399	Outros Pagtos. Extraorçamentários	140.983.308	133.511.708
Saldo do Exerc. Anterior (IV)	2.528.559	8.912.767	Saldo para o Exerc. Seguinte (IX)	25.461.981	2.528.559
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.528.559	8.912.767	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.461.981	2.528.559
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Total (V) = (I+II+III+IV)	314.108.096	286.089.397	Total (X) = (VI+VII+VIII+IX)	314.108.096	286.089.397

Fonte: Publicação no DOCSP em 30.01.19, página 60.

A estrutura do Balanço Financeiro está consistente com os padrões estabelecidos pelo MCASP 7^a edição e pela IPC n° 06.

Tanto a DFC quanto o BF de 2018 apresentam valores inflados nas entradas e nas saídas. A composição das linhas Outros Ingressos/Desembolsos Operacionais da DFC e Outros Recebimentos/Pagamentos Extraorçamentários do BF apresentam valores indevidos decorrentes de contas contábeis transitórias que já afetaram o caixa por outras vias, seja por receita/despesa orçamentária ou em depósitos restituíveis.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
56		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

O caixa do SFMSP em 2018 atingiu o maior valor dos últimos cinco anos, em virtude do resultado financeiro da execução orçamentária de R\$ 22,9 milhões (descontado o valor a receber do cartão), revertendo a longa tendência de queda nas disponibilidades dos últimos anos, especificamente, desde 2014.

Em 2018 houve um acréscimo real de 877,5% nas disponibilidades financeiras do SFMSP em relação ao ano de 2017. A conta contábil Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou saldo de R\$ 25,5 milhões ao final do exercício. As aplicações financeiras de liquidez imediata constituem a maior parte desse disponível (99,1% em dezembro/2018).

No final de 2018, as disponibilidades de caixa do SFMSP (R\$ 25,5 milhões) eram suficientes para saldar as obrigações de curto prazo (R\$ 9,1 milhões).

O resultado orçamentário obtido em 2018, decorrente principalmente do aumento da tabela de preços de produtos e serviços vigente a partir de janeiro (Resolução nº 01/SFMSP/2018), contribuiu para a elevação dos recursos disponíveis no fim do exercício.

Superávit Financeiro

O superávit financeiro (diferença entre ativo e passivo financeiro) é uma das fontes de recursos disponíveis para a abertura de créditos adicionais no exercício subsequente, conforme Lei Federal nº 4.320/6443. O superávit financeiro apresentado pelo SFMSP foi de R\$ 27,1 milhões.

Revisado o cálculo pela Auditoria, o superávit financeiro da Autarquia resulta em R\$ 26,8 milhões.

No que tange ao **Demonstrativo das disponibilidades por Destinação de Recursos** (DRD), o controle da DDR do SFMSP precisa ser aprimorado para proporcionar maior transparência quanto à existência

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
57		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

e utilização de recursos por fonte de recursos, possibilitando, inclusive, apuração do *superávit/déficit* financeiro por fonte/destinação de recursos.

7. GESTÃO PATRIMONIAL

7.1. Balanço Patrimonial

A situação patrimonial das entidades públicas é evidenciada, qualitativa e quantitativamente no Balanço Patrimonial, demonstração contábil que tem a sua estrutura normatizada através da Portaria STN n° 669/17, a qual aprovou o Plano de Contas Aplicadas ao Setor Público - PCASP para 2018.

De acordo com os técnicos, a estrutura básica do BP do SFMSP se encontrava em consonância com o previsto no item 4.2.1, Parte V do MCASP 7^a edição.

Balanço Patrimonial			Em R\$		
Ativo			Passivo		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exerc. Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exerc. Anterior
Ativo Circulante	42.411.562	19.305.245	Passivo Circulante	18.560.713	11.372.117
Caixa e Equivalentes de Caixa	25.461.981	2.528.559	Obrigações Trab.Prev.Assist a Pagar	15.047.522	5.931.861
Crédito a Curto Prazo	14.961.231	14.128.181	Fornecedores e Contas a Pagar CP	1.793.735	3.589.538
Estoques	1.979.006	2.648.505	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.719.456	1.850.718
VPD Pagas Antecipadamente	9.344				-
Ativo Não Circulante	89.695.903	83.512.981	Passivo Não Circulante	204.677.874	206.951.042
Realizável a Longo Prazo	78.426.851	71.273.347	Obrigações Trab.Prev.Assist a Pagar	204.677.874	206.951.042
Créditos a Longo Prazo	78.426.851	71.273.347			
Investimentos	220.548	190.009			
Imobilizado	11.048.504	12.049.625			-
			Total do Passivo	223.238.587	218.323.159
			Passivo a Descoberto	(91.131.122)	(115.504.933)
			Resultados Acumulados	(91.131.122)	(115.504.933)
TOTAL	132.107.465	102.818.226	TOTAL	132.107.465	102.818.226

Fonte: DOCSF de 30.04.19 fl.133 resumido pela Auditoria.

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
58		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Em 2018, o Balanço Patrimonial do SFMSP evidenciou um Superávit financeiro (diferença entre ativo e passivo financeiro) no montante de R\$ 27.064.208,00.

7.1.1. ATIVO CIRCULANTE

O Ativo Circulante agrupa valores, bens e direitos que estejam disponíveis para realização imediata ou tenham expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

7.1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

A Conta Caixa, apresenta movimentação de R\$ 46,2 milhões, conforme balancete contábil. Isto se deve ao fato de ser utilizada de forma gerencial, contendo lançamentos transitórios que não se referem à movimentação efetiva de numerários em espécie ou outros valores em tesouraria, em desacordo com a Portaria STN 669/17, que aprovou o PCASP para 2018.

O confronto dos valores contabilizados nas contas de Caixa e Equivalentes de Caixa com os extratos bancários em 31.12.18 evidenciou divergências em duas contas, no total de R\$ 237,3 mil, em infringência às características qualitativas da informação contábil denominada "representação fidedigna" e "verificabilidade" especificadas na NBCTSP Estrutura Conceitua.

7.1.1.2 Outros créditos a Receber e valores a Curto Prazo

Segundo a auditoria, o registro dos valores a receber decorrentes da prestação de serviços funerários e da comercialização das áreas de sepultamento dos cemitérios nas contas "Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo", "Devedores por Convênios" e "Doadores" estavam em desacordo com a Portaria STN 669/17, que aprovou o PCASP para 2018.

7.1.1.2.1 Adiantamentos Concedidos

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
59		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Em 31.12.17 foi efetuado um registro indevido na conta Adiantamento a Fornecedores no montante de R\$ 979,7 mil. A baixa desse valor ocorreu em 2018, afetando indevidamente a DVP (por meio de uma VPD).

7.1.1.2.2 Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo

Nesta conta estavam registrados os valores a receber decorrentes da prestação de serviços funerários. A Autarquia possui duas formas de recebimento de valores, pagamentos em dinheiro/cheque ou cartão magnético (funções débito ou crédito).

Conforme já assinalado em auditorias de exercícios anteriores, o saldo de R\$ 11,5 milhões, referente aos valores a receber de cartões de débito/crédito, persiste não suportado por registros analíticos que identifiquem a sua composição, dificultando o controle de arrecadação. A ausência da conciliação dos valores recebidos com o cartão de débito/crédito com os valores constantes do SOF fragiliza o controle do fluxo financeiro decorrente da arrecadação por meio do cartão magnético e infringe a característica qualitativa da informação contábil "verificabilidade" especificada na NBCTSP Estrutura Conceitua.

7.1.1.2.3 Débitos de Servidores Municipais

Essa conta refere-se a multas de trânsito, decorrentes de infrações cometidas pelos motoristas das viaturas funerárias, pagas pela Autarquia para posterior reembolso por desconto em folha de pagamento.

Houve redução de 48,0% no saldo contábil em relação a 2017 em virtude da transferência de valores para a Conta de Devedores

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
60		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Diversos do Longo Prazo, por se tratarem de multas cujos condutores não foram identificados.

Conforme razão analítico dessa conta em 2018, foi efetuado o desconto em folha de aproximadamente R\$ 39,9 mil.

7.1.1.2.4 Doadores

Na conta "Doadores" estão registrados os valores referentes aos reembolsos que devem ser realizados pela PMSP ao SFMSP por conta da isenção do pagamento de serviços funerários aos doadores de órgãos, amparada pela Lei Municipal nº 11.479/94, alterada pela Lei Municipal nº 13.568/03, e regulamentada pelos Decretos Municipais n] 43.560/03 e 45.606/04.

Em 2018 o saldo total a receber da PMSP no montante de R\$ R\$ 14.798.599,00, aumentou 23,6% em relação a 2017. Ao analisar as movimentações do período percebe-se que o principal motivo do aumento é o baixo recebimento de valores frente aos novos recebíveis inscritos, sendo que os valores repassados pela PMSP equivalem a apenas 28,7% das inscrições realizadas no período.

7.1.2 Ativo Não Circulante

No grupo do Ativo Não Circulante estão registrados os bens e direitos que possuem expectativa de realização após 12 meses da data das demonstrações contábeis.

Até 2018 o montante dos Imobilizados, Investimentos e dívida Ativa, acumulavam o total de R\$ 89.695.903,00 um aumento de 7,4% em relação ao exercício de 2017.

A Auditoria constatou as seguintes inconsistências:

- registros da dívida ativa, já prescrita, resultando em superavaliação do ativo em aproximadamente R\$ 4,8 milhões,

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
61		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

- registro de concessão de terrenos a receber em desacordo com o Plano Anual de Contabilidade,
- ausência de constituição de ajuste para perdas ref. Às concessões de terrenos, no valor estimado de R\$ 2,7 milhões,
- distorção do ativo imobilizado, fragilidade nos controles internos dos bens móveis,
- ausência de reconhecimento contábil de cemitérios, crematório e dos demais imóveis da autarquia, valor aproximado de R\$ 3,3 milhões,
- ausência de reconhecimento contábil de softwares como intangíveis.

7.1.2.1 Dívida Ativa Não Tributária

O SFMSP apresentava em balanço, na data de 31.12.18, o valor de R\$ 5,7 milhões como dívida ativa, composta por 6.188 créditos não tributários (oriundos, sobretudo, de contratações de serviços funerários não quitados pelos contratantes).

Não obstante a dívida ativa ser usualmente gerenciada pelos departamentos jurídicos dos órgãos e entidades públicos, no SFMSP o seu controle vem sendo realizado pelo Departamento de Administração e Finanças do SFMSP, mediante planilhas em Excel elaboradas pela Divisão de Contabilidade.

Os controles demonstram que a última inscrição em dívida ativa ocorreu em 2014, ou seja, desde 2015 não ocorrem novas inscrições, em que pese haver créditos de concessões de terrenos em cemitérios vencidos e não pagos até 31.12.18 (R\$ 3,8 milhões) e valores devidos por apuração de responsabilidades de servidores, ex-servidores e contratados que remontam a diversos anos pretéritos, que já satisfazem as condições para inscrição em dívida ativa.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
62		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

7.1.2.2 Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo

7.1.2.2.1. Concessões de terrenos

Os valores contabilizados nesta conta correspondem a áreas de sepultamento comercializadas pelo SFMSP.

Analisando a composição dos créditos de concessões, foi identificado que há parcelas devidas por 568 concessionários vencíveis no ano de 2019. O montante desses créditos perfaz R\$ 2,2 milhões.

Ainda, foi possível calcular o percentual médio de inadimplência comparando os valores lançados e arrecadados dos últimos cinco anos:

Quadro 35 – Comparativo da Arrecadação x Créditos de Concessões

Em R\$

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	Média
Lançado	9.042.802	8.661.314	10.581.259	9.505.601	7.679.957	9.094.187
Arrecadado	5.559.838	5.449.493	6.225.159	5.388.837	3.583.667	5.241.399
% Inadimpl.	38,5%	37,1%	41,2%	43,3%	53,3%	42,7%

Fonte: relatórios "Valores – Lançado x Arrecadado" dos anos de 2014 a 2018 extraídos do software ARcetil.

De acordo com a auditoria, é possível inferir que há a necessidade de constituição pelo SFMSP de ajuste para perdas dos créditos de concessões, de ao menos 42,7%. Aplicando tal percentual sobre o saldo existente em 31.12.18, o ajuste totalizaria R\$ 2,7 milhões.

7.1.2.3 Imobilizado

7.1.2.3.1 Bens Móveis

Estão classificados como bens móveis os itens que tenham existência material e que possam ser transportados ou removidos por força alheia sem alteração da sua substância ou da sua destinação econômico-social.

Em síntese, a auditoria fez destaque para seguintes achados:

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
63		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

- o relatório gerado pelo sistema de bens patrimoniais demonstra a existência de 23.611 itens, valorados a R\$ 11,4 milhões. Contudo, 5.163 (21,9%) bens estão registrados ao valor atualizado (em 31.12.18) de R\$ 0,01, configurando evidência de mensuração incorreta dos bens em questão;

- 356 bens estão catalogados no sistema de patrimônio com data de aquisição entre 1943 e 1970, o que significa que estão em uso entre 48 e 75 anos, sendo remota a possibilidade da sua real existência física;

- cadastro de itens como bens patrimoniais que não satisfazem a conceituação de ativo, a exemplo de 52 linhas telefônicas, no montante de R\$ 58,1 mil;

- 85 itens integrantes da relação de bens móveis se referem a softwares, devendo ser contabilizados como ativo intangível;

- identificação de dois fornos para cremação, de significativo valor, não tombados e não registrados nos controles do setor de patrimônio. Existem 4 fornos no crematório, sendo que apenas 2 compõem a relação patrimonial do SFMSP; e

- três doações realizadas pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) recebidas em 06.09, 28.09 e 13.12.1866, no montante de R\$ 42,7 mil, que não foram contabilizadas no ano do recebimento.

Ademais, testes de existência física de bens móveis realizados por amostragem não probabilística, possibilitaram concluir que, de 48 itens de significativo valor listados na relação de controle patrimonial do SFMSP, 20 (41,7% da amostra, cadastrados no sistema patrimonial ao montante de R\$ 393,0 mil) não mais existiam ou os servidores da entidade desconheciam a sua localização atual.

7.1.2.3.3 Bens Imóveis

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
64		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

O SFMSP detém os benefícios, riscos e controle de 22 cemitérios e 1 crematório, que atendem a conceituação de bens imóveis. Entretanto, não há registro contábil de nenhum bem imóvel da entidade, o que representa uma distorção na demonstração patrimonial divulgada.

Os cemitérios abrangem tanto os terrenos quanto as obras neles realizadas para prestação de serviços aos munícipes. As áreas dos cemitérios, caso não tenham sido adquiridas por meio de desapropriação, integram o seu patrimônio social, o que dificulta em muito o levantamento do seu custo histórico (a Autarquia foi criada em 1958, portanto há mais de 60 anos). O valor das obras também é de difícil obtenção, o que enseja a adoção de outra alternativa para valoração dos imóveis, almejando sua contabilização.

Nesse contexto, para ter uma dimensão do impacto do reconhecimento contábil dos imóveis na posição patrimonial da Autarquia, a Auditoria levantou os valores de 19 cemitérios na data-base de 31.12.18, cujos valores venais de referência (VVR) totalizam R\$ 3,3 bilhões.

Houve a subavaliação do ativo em, no mínimo, R\$ 3,3 bilhões, devido à ausência de reconhecimento contábil dos cemitérios, crematório e demais imóveis do SFMSP.

A distorção em balanço causada pela omissão de registro dos bens imóveis é materialmente relevante e demanda esforços do SFMSP para a sua correta representação.

Recomenda a auditoria ao Gabinete da Superintendência, para que estabeleça um plano de ação envolvendo os diferentes departamentos da Autarquia com o objetivo de levantar as informações necessárias para a contabilização dos imóveis. Além disso, recomenda-

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
65		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

se a edição de ato normatizando o formato, conteúdo e prazo para envio dos dados dos imóveis ao setor de patrimônio.

7.1.2.4. Intangível

O balancete analítico do SFMSP não demonstra qualquer valor contabilizado como intangível na data de 31.12.18. Entretanto, diversos softwares são utilizados pela Autarquia, sendo que minimamente 3 atendem à definição de intangível expressa no MCASP, restando identificar se o custo destes softwares pode ser mensurado com confiança para fins de reconhecimento.

A relação de itens cadastrados no sistema informatizado de controle patrimonial abrange uma série de softwares, contudo, todos os bens estão registrados pelo custo histórico, mesmo estando obsoletos e, em alguns casos, inservíveis. Da mesma forma que não houve registro da depreciação para os bens móveis, também não há qualquer mensuração da amortização incidente sobre os softwares.

7.1.3. PASSIVO CIRCULANTE

Os passivos são classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

As obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito, encargos a pagar, benefícios assistenciais, entre outras obrigações, com vencimento no curto prazo.

Em 2018, o SFMSP contabilizado o total de R\$ 18.560.713,00 um aumento de 63,2% em relação ao exercício de 2017.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
66		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

7.1.4 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

São classificados como passivo não circulante os valores exigíveis após 12 meses após a data das demonstrações contábeis.

No Passivo Não Circulante da Autarquia foi registrado apenas a conta Precatórios a Pagar com o valor de R\$ 219,6 milhões, em 31.12.18, desdobrado no curto (R\$ 15,0 milhões) e no longo prazo (R\$ 204,7 milhões).

Entretanto, os controles da Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos do TJSP (Depre) disponibilizados à Auditoria evidenciam que o saldo devedor do SFMSP, ao término de 2018, era de R\$ 181,8 milhões, resultando em uma divergência de R\$ 37,8 milhões em relação ao valor divulgado pela Autarquia no seu Balanço Patrimonial.

Houve a recomendação da auditoria ao Gabinete da Superintendência, para que articule, junto ao TJSP, comunicação periódica objetivando a disponibilização das informações sobre os precatórios devidos pelo SFMSP, sob o controle do Poder Judiciário, de forma a garantir a adequada suportabilidade dos registros contábeis da Autarquia.

Ademais, houve a subavaliação do passivo em montante não estimado, em razão da ausência de reconhecimento das provisões relacionadas a ações judiciais contra o SFMSP.

7.1.5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O PL compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. O resultado patrimonial do exercício de 2018 foi positivo em R\$ 24,4 milhões, o que gerou uma redução no resultado patrimonial negativo acumulado para R\$ 91,1 milhões.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
67		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Saldo Patrimonial	Em R\$
Saldo Patrimonial em 2016 - Passivo Real a Descoberto	(144.601.175)
Resultado Patrimonial em 2017 - Superávit	29.096.819
Saldo Patrimonial em 2017 - Passivo a Descoberto	(115.504.933)
Resultado Patrimonial em 2018 - Superávit	24.476.023
Saldo Patrimonial em 2018 - Passivo a Descoberto	(91.131.122)

Falhas na elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais, resultando em superavaliação do resultado patrimonial do período em R\$ 157,6 mil, saldos inflados das suas colunas em razão do registro de fatos qualitativos com uso simultâneo de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e classificação incorreta de alguns eventos na demonstração, em infringência ao MCASP 7^a ed., Parte I, item 4.2.5 e Parte II, itens 2.4 e 11.

Na análise das contas de compensação, representativas dos atos potenciais ativos e passivos que podem vir a afetar o patrimônio, foram observados que os atos potenciais ativos estão representados, em sua maioria, por valores referentes a garantia recebidas no âmbito de contratos administrativos. Já os atos potenciais passivos registram contratos em vigência que representarão dispêndios por parte do SFMSP e ações judiciais que aguardam decisão.

Quanto ao registro de Atos Potenciais decorrentes dos processos judiciais em trâmite foi verificado distorções de valor dos atos potenciais ativos registrados em relação aos documentos de suporte, resultando em divulgação a maior pelo SFMSP em R\$ 4,7 milhões, em infringência ao MCASP 7^a ed., Parte II, itens 10.3 e 10.4.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
68		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

8. INFRINGÊNCIAS E PROPOSTA DE DETERMINAÇÕES DO EXERCÍCIO

Após analisar as informação e demais documentos trazidos pela Origem (fls. 155/166), a Auditoria ratificou seus apontamentos relativos às infringências e propostas de determinações, com exceção dos subitens 8.1.8, 8.1.14, 8.1.24 e 8.1.33, os quais foram considerados superados, além do subitem 8.1.2, que foi retificado nos termos do que consta às fls. 166 v.

Instada novamente a se manifestar, a Autarquia Municipal e a Secretaria de Governo Municipal reafirmaram/complementaram seus esclarecimentos acerca dos apontamentos da Auditoria (fls. 177/186 e 190/193).

Por fim, nesse tópico foram consolidadas 14 infringências e 34 propostas de determinações ao Serviço Funerário.

A SFC propôs, ainda, determinações à Secretaria Municipal das Subprefeituras, e à Secretaria Municipal da Justiça, responsável pelo acompanhamento dos processos judiciais da autarquia.

9. DETERMINAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No que tange aos apontamentos de exercícios anteriores, item 9 do RAF 2018, os técnicos constataram que, do total de 59 determinações constantes dos Acórdãos relativos a 2015 e 2016, 12 foram atendidas, 14 foram consideradas prejudicadas, restando 33 pendentes.

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
69		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

INSTRUÇÃO PROCESSUAL

A Subsecretaria de Fiscalização e Controle, após análise sobre as gestões orçamentária, financeiras, patrimonial e folha de pagamento, emitiu o Relatório Anual de Fiscalização - RAF 2018 (peça 7) com a indicação das infringências ocorridas no exercício e as propostas de determinações (itens 8 do RAF/2018) e, ainda, a avaliação da situação das determinações de exercícios anteriores (item 9 do RAF/2018).

Após, regularmente oficiada e analisadas as justificativas apresentadas pela Autarquia, na pessoa de seu Superintendente, ao Sr. Prefeito do Município de São Paulo, aos Senhores Secretários de Justiça e das Subprefeituras, em relação aos apontamentos direcionados aos subitens 8.1, 8.2, 8.3 e 8.4 do Relatório Anual de Fiscalização - RAF/2018, a auditoria desta corte ratificou integralmente os apontamentos, concluindo que a manifestação da Origem confirma a pertinência do que foi constatado e relatado.

A SFC propôs, ainda, determinações à Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais, à qual a autarquia está vinculada, e, à Secretaria Municipal da Justiça, responsável pelo acompanhamento dos processos judiciais da autarquia.

Para a Procuradoria Municipal da Fazenda, pleiteou o acolhimento da prestação de contas, destacando que as pendências remanescentes estão sendo objeto de medidas por parte da autarquia.

A Assessoria da Secretaria Geral destacou aspectos desfavoráveis à aprovação da prestação das contas, consignando a

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
70		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

existência de fatores que tem afetado a capacidade operacional da autarquia, os quais demandam soluções conjuntas com o Poder Executivo Municipal.

A Secretaria Geral (peça 41), embasada nos documentos que instruem o processo opinou no sentido de que as contas do Serviço Funerário do Município de São Paulo, referentes ao exercício de 2018, reúnem condições de serem apreciadas e julgadas, ressalvados os atos não apreciados e pendentes de julgamento, sem prejuízo das recomendações e determinações que se julgarem necessárias.

É o meu relatório.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Em discussão. A votos.

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - O voto é um voto englobado. Vou fazer o encaminhamento e o voto seja publicado na sua íntegra.

Por todo o exposto, respaldado nos exames realizados pelo Órgão Técnico desta Corte, nas manifestações da Procuradoria da Fazenda Municipal (peça 38) e do Secretário-Geral (peças 40/41), que incorporo ao presente, **VOTO pelo ACOLHIMENTO das contas do Serviço Funerário do Município de São Paulo, relativas aos exercícios de 2017 e 2018**, ressalvados os atos não apreciados pendentes de julgamento.

ACOLHO como DETERMINAÇÃO os apontamentos elencados nos itens 8, dos respectivos Relatórios de Auditoria - exercícios de 2017 e 2018, considero **PREJUDICADOS** os subitens 8.1.9, 8.26, 8.28, 8.129, 8.1.30, 8.1.31 do exercício de 2017 e o subitem 8.1.14 do exercício de 2018, em razão da concessão dos serviços à iniciativa privada

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
71		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

ocorrida em 2023, além dos itens já considerados superados pela auditoria.

REITERO as “**Determinações de Exercícios Anteriores ainda não atendidas**”, detalhadas no subitem 9.1.3, do Relatório Anual de Fiscalização - RAF 2017, com exceção dos itens 7.1.3, 7.1.8 (relativos a 2015).

Por fim, **DETERMINO** o envio de cópias deste Relatório e Voto do acordo aos responsáveis (à época e os atuais), ao Exmo. Senhor Prefeito do Município de São Paulo, ao Senhor Secretário Municipal de Justiça, ao Secretário Municipal das Subprefeituras, para inteiro conhecimento.

Após as providências regimentais, arquivem-se os autos.

Eu também vou incluir agora o Secretário de Desestatização para que ele tome conhecimento, uma vez que, a partir de agora, faça e à SP Regula. Senhor Presidente, eu vou incluir nesse voto essa minha manifestação que eu acho prudente para que eles tomem conhecimento também. Ok?

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Ok. À SP Regula?

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - À SP Regula.

[VOTO OFICIAL]

VOTO ENGLOBADO (exercícios de 2017 e 2018)

Trago a julgamento, englobadamente, o TC 4.366/18 e o TC 9.440/19, relativos, respectivamente, à prestação de contas do **Serviço Funerário do Município de São Paulo dos exercícios de 2017**

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
72		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

e de 2018, autarquia vinculada, à época, à Secretaria Municipal de Serviços e Obras - SMSO (atualmente denominada Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras - SIURB) e, a partir de 08.04.2018, a autarquia passou a se vincular à Secretaria Municipal das Subprefeituras -SMSP.

Os trabalhos realizados pelos técnicos desta Corte, que tiveram como objetivo demonstrar e avaliar o desenvolvimento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, abrangeram as contas prestadas pela Autarquia tendo por base o **Balanço Geral e os Demonstrativos Contábeis**.

Os exames estão balizados nos Relatórios da Subsecretaria de Controle Externo, fls. 05/87 da peça 01 do RAF 2017 e fls. 01/100 da peça 7 do RAF 2018, e nos processos acompanhantes.

Início destacando que o Serviço Funerário do Município de São Paulo - SFMSP é uma autarquia criada pela Lei Municipal nº 5.562/58 e alterada pela Lei nº 7.430/70, ambas revogadas pela Lei Municipal nº 8.383/76, com redação dada pela Lei nº 11.172/92 e regida pelo Ato Municipal 326/32 e suas alterações.

A Entidade tem como principais atividades a administração dos 22 cemitérios, 118 salas de velório, 12 agências funerárias, 01 crematório, 02 sedes administrativas e 04 almoxarifados, bem como o monopólio no fornecimento de caixões mortuários e transporte funerário.

Os resultados da fiscalização evidenciaram que a entidade tem enfrentado dificuldades para o cumprimento de suas atividades, indicando uma situação crítica, dentre elas, os problemas relacionados à estrutura organizacional incompatível com as necessidades da entidade; a alta rotatividade de ocupantes no cargo de direção; a redução do quadro de servidores; problemas relacionados

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
73		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

à manutenção de cemitérios, velórios e agências funerárias; sistemas informatizados precários; ínfimo volume de investimentos e a sua inclusão no Plano de Desestatização.

Esse cenário administrativo da entidade tem provocado consequências sensíveis à sociedade paulistana usuária dos serviços prestados, notadamente no que tange à insegurança nos cemitérios em virtude do insuficiente número de guardas (com casos recorrentes de furtos de portões, estátuas e ornamentos dos túmulos) e à elevação do tempo médio total de atendimento à população na contratação de funerais.

À época dos exames, encontrava-se aberto Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), destinado à apresentação de estudos de modelagem de gestão dos cemitérios, crematórios e serviços funerários, constante do Plano Municipal de Desestatização por meio do Edital de Chamamento Público nº 03/2017 da Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias.

O objeto foi a apresentação de estudos de modelagem operacional, econômico-financeira, jurídica e de engenharia e arquitetura para a revitalização, modernização, operação, manutenção e gestão dos cemitérios e do crematório públicos municipais.

Passo a abordar alguns tópicos que julgo relevantes no exame das contas do Serviço Funerário do Município de São Paulo - SFMSP relativos ao período de 2017 e 2018, sob o enfoque da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Gestão Financeira, Orçamentária e Patrimonial

O ano de 2017 foi o que apresentou o maior déficit (R\$ 13,7 milhões). Apesar da redução das despesas em R\$ 7,6 milhões, a diminuição da receita em R\$ 26,6 milhões foi a principal responsável pelo pior resultado orçamentário nos últimos anos.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
74		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

No exercício de 2018 o caixa do SFMSP em 2018 atingiu o maior valor dos últimos cinco anos. Verificou-se que o resultado orçamentário passou de deficitário, em R\$ 23,1 milhões, para superavitário, em R\$ 14,8 milhões.

Findo 2018, as disponibilidades de caixa do SFMSP somavam R\$ 25,5 milhões, montante 907% (novecentos e sete por cento) superior ao saldo existente no final de 2017 e suficientes para saldar suas obrigações de curto prazo, cujo valor somava R\$ 9,1 milhões.

Os recursos disponíveis, compostos por ativos de alta liquidez e pelos valores a creditar (cartão de crédito e cheques), relativos aos serviços já prestados pela Autarquia, tiveram um crescimento de 206,6%, entre 2017 e 2018.

O *superávit* financeiro do SFMSP apurado em 2018 foi de R\$ 27,1 milhões, revertendo o *déficit* financeiro de 2017.

Em relação aos controles, os exames apontaram a necessidade de implantação de sistema informatizado, integrando movimentação financeira e registros contábeis.

No que tange às **receitas**, o aumento observado, de 98,1% na arrecadação dos serviços, entre 2017 à 2018, deve-se, principalmente, à atualização das tabelas de preços dos produtos e serviços, que ocorreu em janeiro de 2018, por meio da Resolução nº 01/SFMSP/2018.

Houve redução da quantidade de produtos comercializados em 2018, em relação a 2017, principalmente de enfeites florais, de revestimentos simples e de urnas e caixões, situação incompatível com o aumento na quantidade de óbitos ocorridos no Município em 2018 que totalizaram 87.622.

Em 2018, a Autarquia alienou 19 veículos por meio de leilão realizado em 19.09.18, com a consequente arrecadação de receita de capital no montante de R\$ 130,6 mil.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
75		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Das vendas ocorridas em 2017 por meio do cartão magnético, houve um descumprimento financeiro, no valor de R\$ 30,3 milhões, em virtude da falta do repasse das transações financeiras pela empresa *Direct Fácil, Administradora de Cartões EIRELI-ME* para a Autarquia.

Em 2018, o expressivo aumento da receita arrecadada (33,5%), aliado à redução da despesa empenhada (2,8%), contribuiu para a melhora do resultado orçamentário. Assim, o **resultado orçamentário deficitário em R\$ 23,1 milhões passou a ser superavitário em R\$ 26,1 milhões**. No entanto, a Auditoria entende que esse valor deve ser ajustado para R\$ 14,8 milhões, excluindo-se as receitas de venda por cartão de crédito com parcelas recebíveis em exercício posterior.

A carência em "**investimentos**" é recorrente ao longo dos anos, conforme já apontado nos exercícios anteriores. Em 2018, foram empenhados apenas R\$ 50,7 mil, destinados à aquisição de placas para cobertura, toldos e tendas para uso nos cemitérios.

De acordo com a auditoria, na conta "**Doadores**" permanecem registrados valores pendentes para ressarcimento das despesas com funeral de doadores de órgãos no valor de R\$ 17,8 milhões, que devem ser realizados pela Prefeitura ao Serviço Funerário por conta da isenção do pagamento de serviços funerários aos doadores de órgãos, amparada pela Lei Municipal nº 11.479/94, alterada pela Lei Municipal nº 13.568/03, e regulamentada pelos Decretos Municipais 43.560/03 e 45.606/04. A falta de estimativa de prazo para o recebimento desses valores pode gerar a descapitalização da Autarquia.

Como apontado nos últimos exercícios, o saldo da conta "**Débitos de Servidores Municipais**" registra um número excessivo de infrações de trânsito que só serão recebidos no longo prazo uma vez que alguns servidores possuem débitos de valores altos e a cobrança é limitada a parcelas mensais.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
76		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Com relação às "**Concessões de terrenos**", os valores contabilizados a título de comercialização das áreas de sepultamento registram parcelas devidas por 568 concessionários, no montante de R\$ 2,2 milhões.

Foi constatada a falta de registro contábil dos **bens imóveis** da entidade, o que representa uma distorção na demonstração patrimonial divulgada. Para ter uma dimensão do impacto do reconhecimento contábil dos imóveis na posição patrimonial da Autarquia, a Auditoria levantou os valores de 19 cemitérios na data-base de 31.12.18, cujos valores venais de referência (VVR) totalizam R\$ 3,3 bilhões.

Com relação ao **quadro de pessoal** nos últimos cinco exercícios, a Autarquia vem passando por uma progressiva redução de servidores, efetivos e comissionados, sem perspectiva de reposição, ao mesmo tempo em que a quantidade de inativos/pensionistas e de estagiários está aumentando.

Até dezembro de 2018, dos 3.367 cargos previstos legalmente, apenas 965 estavam providos, sendo 846 efetivos e 119 comissionados.

Quanto aos **indicadores quantitativos do desempenho operacional** do SFMSP, verifica-se que houve uma redução da quantidade de produtos comercializados em 2018, em relação ao ano de 2017, principalmente de enfeites florais, de revestimentos simples e de urnas e caixões, situação incompatível com o aumento na quantidade de óbitos ocorridos no Município em 2018.

CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, respaldado nos exames realizados pelo Órgão Técnico desta Corte, nas manifestações da Procuradoria da Fazenda Municipal (peça 38) e da Secretaria Geral (peças 40/41), que incorporo ao presente, **VOTO pelo ACOLHIMENTO das contas do Serviço**

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
77		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

Funerário do Município de São Paulo, relativas aos exercícios de 2017 e 2018, ressalvados os atos não apreciados pendentes de julgamento.

ACOLHO como DETERMINAÇÃO os apontamentos elencados nos itens 8, dos respectivos Relatórios de Auditoria - exercícios de 2017 e 2018, considero **PREJUDICADOS** os subitens 8.1.9, 8.26, 8.28 a 8.1.31 do exercício de 2017 e o subitem 8.1.14 do exercício de 2018, em razão da concessão dos serviços à iniciativa privada ocorrida em 2023, além dos itens já considerados superados pela auditoria.

REITERO as "**Determinações de Exercícios Anteriores ainda não atendidas**", detalhadas no subitem 9.1.3, do Relatório Anual de Fiscalização - RAF 2017, com exceção dos itens 7.1.3, 7.1.8 (relativos a 2015).

Por fim, **DETERMINO** o envio de cópias deste Relatório e Voto do acordão aos responsáveis (à época e os atuais), ao Exmo. Senhor Prefeito do Município de São Paulo, ao Senhor Secretário Municipal de Justiça, ao Secretário Municipal das Subprefeituras e ao Senhor Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo - SPREGULA, para inteiro conhecimento.

Após as providências regimentais, arquivem-se os autos.

É o meu voto.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Como vota o Conselheiro Revisor Mauricio Faria?

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
78		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

O Sr. Cons^o Mauricio Faria - [INAUDÍVEL]

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Como vota o Conselheiro Vice-Presidente Roberto Braguim?

O Sr. Cons^o Roberto Braguim - Com o Relator também.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Proclamação do resultado:

Por unanimidade, são julgadas regulares...

Como vota o Conselheiro Corregedor João Antonio?

O Sr. Cons^o João Antonio - [INAUDÍVEL]

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Com o Relator.

Por unanimidade, são julgadas regulares as contas do Serviço Funerário do Município de São Paulo, relativas aos exercícios de 2017 e 2018, ressalvados os atos não apreciados ou pendentes de julgamento.

São acolhidas como determinações os apontamentos elencados nos itens 8.

São declarados prejudicados os subitens 8.1.9, 8.26, 8.28 a 8.1.31 - exercício de 2017 e o subitem 8.1.14 do exercício de 2018.

São reiteradas as Determinações de Exercícios Anteriores não atendidas, constantes do subitem 9.1.3, à exceção dos itens 7.1.3, 7.1.8.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
79		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

É determinado o envio de cópias deste Relatório e Voto do acordo aos responsáveis (à época e atuais), ao Prefeito do Município de São Paulo, ao Secretário Municipal de Justiça e ao Secretário Municipal das Subprefeituras, e ao Diretor-Presidente de SP Regula, nos termos do voto do Conselheiro Domingos Dissei.

O Sr. Cons^o João Antonio - Conselheiro Eduardo Tuma, pela oportunidade.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Essa é a proclamação do resultado. Conselheiro Corregedor João Antonio.

O Sr. Cons^o João Antonio - Pela oportunidade, em conversa paralela com o Conselheiro Domingos Dissei, mas já que estamos tratando do assunto serviço funerário, eu tenho uma sugestão a fazer.

Eu verifiquei recentemente, numa visita com parentes a um cemitério de São Paulo, Quarta Parada, que a manutenção básica, eu não estou aqui exigindo que haja uma reforma completa do cemitério, porque não deu tempo, obviamente, das concessões, mas a manutenção básica, poda de mato, limpeza, varrição, completamente abandonado, o cemitério. Então eu estava sugerindo, Conselheiro Domingos Dissei, que fizéssemos, não ordenada, mas há uma nova denominação, eu não me lembro, de uma verificação.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Produção de informações?

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
80		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

O Sr. Cons^o João Antonio - Produção de informação da nossa Auditoria nos cemitérios para que nós pudéssemos verificar "in loco", porque os preços aumentaram, mas o cemitério não tem manutenção básica, básica, cortar o mato, fazer limpeza, varrer. Entendeu? Esse tipo de manutenção não está havendo nos cemitérios, de modo que eu insisto na linha, diante da diretriz do Conselheiro Mauricio Faria, que foi um excelente Relator dessa matéria: vamos cuidar desde o início da execução de desse serviço, sob pena de perdermos o controle depois.

Então, eu quero registrar pela oportunidade, Conselheiro Domingos Dissei, que valia a pena.

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - Visita técnica

O Sr. Cons^o João Antonio - Exatamente.

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - Visita técnica só.

O Sr. Cons^o Roberto Braguim - Eu corroborei. Eu, aliás.

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - ã? Não entendi.

O Sr. Cons^o Mauricio Faria - Há um produto da Auditoria que é esse tipo de ação, vai olhar e registra. Então teria que ver.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
81		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - A minha sugestão aos Conselheiros é como a visita que nós fizemos aos terminais. Junto com a Auditoria, os gabinetes também podem comparecer. Até eu me proponho a ir também ao cemitério, só para vermos, porque tem razão.

O Sr. Cons^o João Antonio - Conselheiro Domingos Dissei também esteve no cemitério recentemente e conferiu exatamente essa informação que estou passando.

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - Não existe assim uma...

O Sr. Cons^o João Antonio - Nós estivemos no cemitério não a serviço do Tribunal de Contas.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Não digo, a relatoria é do Conselheiro Mauricio Faria.

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - Relatoria do Conselheiro Mauricio Faria.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Da concessão.

O Sr. Cons^o João Antonio - Visitando familiares.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
82		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - Eu até falei para o Conselheiro João Antonio. Ele ia trocar uma ideia com o Conselheiro Mauricio Faria sobre esse caso.

O Sr. Cons^o João Antonio - Troquei uma ideia.

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - Fala que é o Relator. Agora, esse tipo de informação assim, até depois serve porque daqui algum tempo nós podemos retornar etc. Agora, Conselheiro, eu verifiquei também. Não há vigia. Contrato tem. Não há vigia, não há nada. A limpeza deixa a desejar. Eu não sei, então tem que começar. E outra. Existe essas denúncias de que uma nota do Serviço Funerário era dois mil, agora é quatro, cinco mil, como pode também?

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - O Conselheiro Mauricio Faria tem esses dados bastante claros na mente, inclusive deu...

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - Pode ser. O Conselheiro Mauricio Faria deve ter alguma informação.

O Sr. Cons^o Mauricio Faria - Aí teremos que fazer uma análise mais específica. O que houve na concessão foi o seguinte: existe a gratuidade, gratuidade com aquela regra de apresentação do Cad ou. 60 dias para que o interessado providencie e apresente o Cad. Então, há gratuidade. Existe o funeral social, que é um funeral básico, mas que atende a padrão de dignidade tabelado em R\$ 566,04. Esse pacote do funeral social teve uma redução de 25% em relação ao preço anterior. Então, funeral social reduziu. Nos outros pacotes, o que

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
83		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

houve foi o seguinte: vários preços estavam muito defasados em relação à realidade de mercado. Não tenho agora de cabeça, mas eu lembro que, por exemplo, um conjunto de flores, flores de ornamentação do velório, estava em 40 e poucos reais. Você não paga isso em lugar nenhum. Então, havia uma defasagem. Foi feito um ajuste. Então, determinados preços foram trazidos para uma realidade de mercado para que, inclusive, haja capacidade de competição das concessionárias, porque é sabido que as concessionárias sofrem também concorrência de serviços funerários nos municípios vizinhos a São Paulo, tanto de crematórios, como também de cemitérios localizados fora da do perímetro do município. Então, é importante que já que se quis implantar um regime de competição e essa tabela de preços que foi ajustada é o preço máximo, se espera que, se as coisas funcionarem como deveriam, e devem funcionar, que a competição ajuste também os preços, como é próprio da competição. Mas houve um aumento de preços nesse sentido. Houve um ajuste de preços, trazendo para uma realidade de mercado que estava defasada nas tabelas anteriores do Serviço Funerário. Era subsidiado, então estava defasado em relação ao valor de mercado. Quem pagava era a coletividade através de subsídio.

Então, houve esse movimento, ou seja, garantir o funeral social por R\$ 566,04, reduzindo em 25%. Isso atende a necessidade de quem tem renda baixa, quem tem uma condição social desfavorecida. Agora, nas outras faixas de classe média baixa, classe média, aí há as opções dos pacotes de serviços e houve então um ajuste das tabelas de serviço com um aumento do preço em relação à tabela anterior que estava defasada. Então, isso é próprio de uma concessão. Na concessão, você procura viabilizar o equilíbrio, o resultado econômico-financeiro das concessionárias. Então é isso.

Agora, uma outra questão é essa questão de eventual falha grave de organização da prestação de serviço. Se não há vigia, se o

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
84		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

mato está descontroladamente crescido, isso não tem a menor justificativa, tem que ser, tem que ser coibido. E aí tem razão o Conselheiro João Antonio. Tem que se fazer isso desde o início da execução contratual para que os vícios não se tornem prática permanente. Até porque há um detalhe a que é importante estar atento, que é o seguinte: nessa fase ainda de transição, em que a partir de 6 de março as concessionárias assumem o protagonismo principal na prestação do serviço, mas ainda existe um protagonismo do Serviço Funerário, do antigo Serviço Funerário. Ele está participando, como complemento, como participação subsidiária, mas nós sabemos, quer dizer, o Serviço Funerário tinha coisas boas e tinha coisas ruins, então tem que acompanhar para ver como é que está sendo essa aliança das concessionárias com o remanescente do Serviço Funerário, o que que está ocorrendo. O desejável é que nas práticas de gestão mais evoluídas que o serviço funerário privado no Brasil, no mundo, procura adotar, prevaleça esse caráter empresarial moderno e que o Serviço Funerário contribua com a experiência que tem da atividade anterior.

Mas, enfim, o mais importante é que é correto essa lógica que está sendo apresentada aqui. Essa execução contratual tem que ser vista desde o início. Então, nesse sentido, eu não acho adequado o raciocínio que às vezes tem aparecido de que é preciso esperar um tempo para que se acumulem os dados de execução contratual, se acumulem as experiências de execução. Eu acho que não é adequado. Eu acho que nas concessões, inclusive nessa, a execução contratual tem que ser vista desde o momento zero, desde o momento do zero, para que não haja já a formação de vieses, de defeitos e de, enfim, irregularidades que vão se tornando prática corrente.

Então, eu concordo que tem que ser feito desde o momento zero. Aí vou procurar dialogar com Auditoria nesse sentido, porque

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
85		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

existe às vezes na Auditoria essa ideia de que, como regra geral, nas execuções contratuais, é preciso um tempo de acumulação prática, para depois ser feita a verificação. Eu acho que é preciso verificar desde o início.

O Sr. Cons^o Roberto Braquim - Só para corroborar. E se há necessidade dessa auditoria, eu havia dito isso numa sessão anterior, desde o início, também, para que o Tribunal se mostrasse efetivo e as empresas percebessem que o negócio é sério. Eu acho que deve ser feito realmente com a maior urgência.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Mas então é um outro debate bastante intenso em relação ao assunto importante.

O Sr. Cons^o Mauricio Faria - É importante também sermos bem realistas, e para que as coisas tenham a desejada continuidade é o seguinte: eu tenho mais um mês de Tribunal como Conselheiro. Então, era importante já verificar quem é que vai estar assumindo essa matéria na minha saída para que também esse Conselheiro que irá assumir já esteja enfrontado, já esteja atuando. Eu vou ser evidentemente o máximo colaborativo nisso. Meu interesse é que as coisas andem. Mas esse dado é o seguinte: um mês já é quase nada de tempo meu.

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - Conselheiro Mauricio Faria, só pela ordem.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
86		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

O Sr. Cons^o João Antonio - Pela ordem, só quero, Conselheiro Domingos Dissei, eu acho que nós poderíamos já adotar essa experiência com esse novo produto da Administração.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Informações gerais, no nosso.

O Sr. Cons^o João Antonio - Informações gerais. Ir lá no cemitério, verificar, escolher alguns na periferia, no centro expandido, no centro, fazer uma visita "in loco".

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Mas ir quem? A Auditoria com o gabinete do Conselheiro Mauricio Faria?

O Sr. Cons^o João Antonio - A Auditoria.

O Sr. Cons^o Mauricio Faria - Fisicamente, a Auditoria.

O Sr. Cons^o João Antonio - Eu acho que seria interessante porque eu acho que as críticas precisam chegar à Administração e aos concessionários já. A impressão que eu tenho, com exceção de alguns cemitérios aqui no centro, mas o cemitério em que minha família tem jazida é o Quarta Parada. É um bairro de classe média, Tatuapé, Belém. E a situação lá é calamitosa.

O Sr. Cons^o Mauricio Faria - Eu acho até que a Auditoria, porque nesse caso, não acho que se deva, no caso desse produto que

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
87		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

é uma ida a campo para verificar as situações. Eu acho que não deve se perder tempo pretendendo uma amostragem estatisticamente adequada, com cálculos estatísticos. Não. Já há dois registros. O Conselheiro Domingos Dissei, como indivíduo, como cidadão, foi lá e viu no cemitério tal. O Conselheiro João Antonio foi e viu no cemitério tal. Esses dois já devem ser objeto dessa ida a campo. É isso. Já aí ver alguns que podem ter uma margem maior de risco de ocorrências com uma abordagem já empírica mesmo. Vamos ver a situação já incluindo logo esses dois que dois Conselheiros já viram que estão com problema. É isso.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Conselheiro Domingos Dissei.

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - Está ótimo. Vai tomar essa providência. Só vou fazer um registro aqui, Senhor Presidente, que a gratuidade. Mas se chamava Avanir Duran Galhardo o vereador. No meu tempo, ele já foi anterior. Vossa Excelência chegou a falar com Avanir Duran Galhardo?

O Sr. Cons^o Mauricio Faria - Não. Fui o vereador com ele, lá atrás, mas não tenho falado não.

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - Não é falar. Ele que foi o autor da gratuidade. E a Câmara, olhe o serviço. Ele fez a gratuidade. E depois eu complementei. É de minha autoria como vereador. Não vou vender meu peixe aqui. Porque o que fazia o Serviço Funerário? O povo fala da gratuidade e tem até na televisão uma denúncia sobre esse caso. Quando você faz gratuito, você não tem velório. Vai direto

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
88		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

para a campa. Não sei se é verdade ou não. Tem que verificar também. Se tem gratuidade, não existe. Ele tem direito ao velório. Só que na gratuidade há nenhum tipo de arranjo de flores, que, às vezes, a família deseja. Também é uma coisa que aí o defunto vai direto para a campa. Então precisamos verificar isso também.

E segunda coisa. O que foi a minha lei. Quando tem a gratuidade. Vou fazer aqui uma exposição. A gratuidade é 500 reais, mas às vezes a família faz uma pequena, cada um, a sua contribuição. "Não quero tão assim. Eu quero um velório, uma coisinha, ponha uma florzinha e tal." Ele só paga a diferença. Então foi para mim 500 reais. Aos 500 ele tem direito. Quem tem o direito à gratuidade, mesmo que faça opção por outro tipo de velório de féretro, continua com os 500 reais de gratuidade. Deu para entender? É isso. Também tem que ser verificado.

O Sr. Cons^o Mauricio Faria - Tem que ver como é que isso constou agora na concessão, porque a gratuidade tem uma lógica social. O funeral social tem outra lógica também social. Aí teria que ver, porque a partir disso, se a família está em condições de pagar.

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - Não é. Aí é uma coisa, não é condição.

O Sr. Cons^o Mauricio Faria - É que no funeral social tem direito, tem direito.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
89		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - Ao funeral social, ele tem o direito.

O Sr. Cons^o Mauricio Faria - O funeral social já tem direito a esse serviço.

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - Ele tem o direito, mas, vamos dizer, a família é uma família humilde, estou falando. Une-se a família. Isso é normal. A família inteira: "Olhe, cada um aqui, vamos fazer uma contribuiçãozinha para ter uma coisinha que nós queremos dar uma homenagem final ao nosso pai, à nossa mãe e nosso tio etc." Aí ele tem. Então, existe, que é uma lei que foi também sancionada, tem até a regulamentação está direitinha. É só observarmos.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Podemos fazer uma força-tarefa. Vou pedir auxílio dos gabinetes, já que o assunto foi pelos 5 Conselheiros mencionado e com o intuito de atender a esse pedido de fazer uma vistoria. Não vai ser uma fiscalização ordenada ou coisa que o valha, mas vai ser uma vistoria. Pedir auxílio dos gabinetes para destacar assessor, um, dois assessores, para que façamos uma força-tarefa dos gabinetes, com auxílio da Auditoria e, em menor monta, com um, dois servidores da casa, para que demos também um aspecto bastante criterioso a essa visita. E aí nós fazemos esse relato em Plenário, mas muito provavelmente com produção audiovisual, ou seja, foto e vídeo dessas constatações. E questionamos a concessionária com esse material também.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
90		3.271 ^a S.E.	19/04/2023	Conselheiro Domingos Dissei	Ordem do Dia

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - O vídeo é a melhor forma, presidente. Eu tenho bastante informação porque eu fui Relator. Depois, o Conselheiro Mauricio Faria também deve ter bastante informação. Eu acho que essa visita com os auditores, não é ordenada, é constatação?

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - São informações gerais.

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - Exato. Já vai facilitar também porque nós vamos também apertar se essa concessionária.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - E eu vou pedir um relatório também do gabinete do Conselheiro Mauricio Faria em relação à concessão em si, do aprimoramento que o Tribunal produziu em relação ao edital, inclusive com esse olhar para os menos favorecidos, que o Tribunal também atuou nesse sentido, de como o edital chegou no Tribunal, como o edital saiu do Tribunal com os aprimoramentos. Isso vai ser alvo também de uma ação de comunicação nossa.

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
91		3.271 ^a S.E.	26/04/2023	Presidente Eduardo Tuma	Considerações Finais

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Podemos encerrar? Nada mais havendo tratar, encerro a presente sessão.

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
92		3.271 ^a S.E.	26/04/2023	Presidente Eduardo Tuma	Considerações Finais